

GESTÃO EMPRESARIAL

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DO GRUPO BRASIL DE EMPRESAS DE CONTABILIDADE
OUTUBRO/NOVEMBRO/DEZEMBRO/2009 ANO 4 - Nº 14

Na rota dos cruzeiros

Brasil entra definitivamente na rota dos navios de turismo e estimula investimentos em portos turísticos

Indústrias Becker: o Brasil a limpo

Fabricante de produtos de higienização profissional muda conceito de limpeza no Brasil

Dinheiro de plástico em xeque

Governo quer regulamentar setor de cartões, hoje dominado por duas grandes empresas



AC - RIO BRANCO

ORGANIZAÇÃO CONTABIL PRADO
Rua Pará, 107 Cadeia Velha
69900-440 - Rio Branco - AC
Tel. (68) 3224-3019
www.orgconprado.com.br

AL - MACEIÓ

CONTROLE CONTADORES ASSOCIADOS
Rua Guedes Gondim, 128
57020-260 - Maceió - AL
Tel. (82) 2121-0000
www.controleonline.com.br

AM - MANAUS

DHC AUDITORIA
Avenida Djalma Batista, 1007 1º andar
69053-355 - Manaus - AM
Tel. (92) 3182-3388
www.dhcmanaus.com.br

AP - MACAPÁ

ÉTICA INSTITUTO CONTÁBIL
Rua Mamedio Amaral da Silva, 138, Térreo
68908-300 - Macapá - AP
Tel. (96) 3241-5529
www.eticainstitutocontabil.com.br

BA - SALVADOR

ORGANIZAÇÃO SILVEIRA DE CONTABILIDADE
Rua Torquato Bahia, 04 - 11º andar
40015-110 - Comércio - Salvador - BA
Tel. (71) 2104-5401
www.organizacaosilveira.com.br

CE - FORTALEZA

MARPE - CONTADORES ASSOCIADOS
Av. Pontes Vieira, 1091 - Dionísio Torres
60130-241 - Fortaleza - CE
Tel. (85) 3401-2499
www.marpecontabilidade.com.br

DF - BRASÍLIA

AGENDA CONTÁBIL
SCS, Q. 02, BL C, nr. 92, conj. 202/4 - ASA SUL
70302-908 - Brasília - DF
Tel. (61) 3321-1101
www.agendacontabil.com.br

ES - VITÓRIA

UNICON - UNIÃO CONTÁBIL
Rua Graciano Neves, 230 - Centro
29015-330 - Vitória - ES
Tel. (27) 2104-0900
www.unicon.com.br

GO - GOIÂNIA

CONTAC - CONTABILIDADE
Av. Oeste, 319 - Setor Aeroporto
74075-110 - Goiânia - GO
Tel. (62) 3240-0400
www.contacnet.com.br

MA - SÃO LUÍS

ASSESSORIA E CONSULTORIA REAL
Av. Borborema, quadra 18 - nº 22 - Calhau
65071-360 - São Luís - MA
Tel. (98) 3313-8900
www.assessoriareal.com.br

MG - BELO HORIZONTE

MATUR ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL
Rua Carijós, 244 - 11º andar
30120-060 - Belo Horizonte - MG
Tel. (31) 3273-8111
www.matur.com.br

MG - JUIZ DE FORA

TECOL - CONSULTORIA EMPRESARIAL
Rua Dr. João Pinheiro, 173
36015-040 - Juiz de Fora - MG
Tel. (32) 3215-6631
www.tecol.com.br

MS - CAMPO GRANDE

AUDITA AUDITORIA E CONTABILIDADE
Rua Olavo Bilac, 20
79005-090 - Campo Grande - MS
Tel. (67) 3383-1892
www.auditacontabilidade.com.br

MT - CUIABÁ

CONTABILIDADE SCALCO
Rua Comandante Costa, 1519 - Térreo
78020-400 - Cuiabá - MT
Tel. (65) 3363-1600
www.scalcomt.com.br

PA - BELÉM

C&C CONSULTORIA E CONTABILIDADE
Travessa Nove de Janeiro, 2275 - 1º andar
66063-260 - Belém - PA
Tel. (91) 3249-9768
www.cec.cnt.br

PB - JOÃO PESSOA

ROBERTO CAVALCANTI & ASSOCIADOS
Av. Almirante Barroso, 1020 - Torre
58040-220 - João Pessoa - PB
Tel. (83) 3048-4243
www.robertocavalcanti.cnt.br

PE - RECIFE

ACENE ASSESSORIA E CONSULTORIA
Rua João Ivo da Silva, 323 - Madalena
50720-100 - Recife - PE
Tel. (81) 2125-0300
www.acenecontabilidade.com.br

PI - TERESINA

ANÁLISE CONTABILIDADE
Rua Valença, 3.453 - Sul Bairro Tabuleira
64018-535 - Teresina - PI
Tel. (86) 3222-6337
www.analisecontabilidade.com.br

PR - CURITIBA

EACO - CONSULTORIA E CONTABILIDADE
Rua XV de Novembro, 297 - 7º andar
80020-310 - Curitiba - PR
Tel. (41) 3224-9208
www.eaco.com.br

PR - CASCAVEL

VANIN CONTADORES ASSOCIADOS
Rua São Paulo, 1721
85801-021 - Cascavel - PR
Tel. (45) 2104-7000
www.vanin.com

PR - LONDRINA

CONTAD ASSESSORIA CONTÁBIL
Rua Senador Souza Naves, 289 - Sala 4
86010-914 - Londrina - PR
Tel. (43) 3324-4428
www.contadassessoria.com.br

RJ - RIO DE JANEIRO - MACAÉ

DPC - DOMINGUES E PINHO CONTADORES
Av. Rio Branco, 311 - 4º andar - Centro
20040-903 - Rio de Janeiro - RJ
Tel. (21) 3231-3700
www.dpc.com.br

RN - NATAL

RUI CADETE CONSULTORES E AUDITORES
Rua Apodi, 209
59025-170 - Natal - RN
Tel. (84) 3616-5500
www.ruicadete.com.br

RO - PORTO VELHO

D. DUWE CONTABILIDADE
Rua Júlio de Castilho, 730 - Olaria
76801-238 - Porto Velho - RO
Tel. (69) 2182-3388
www.dduwe.com.br

RR - BOA VISTA

SAMPAYO FERRAZ CONTADORES ASSOCIADOS
Rua Ajuricaba, 738 - Centro
69301-070 - Boa Vista - RR
Tel. (95) 3224-0544
pnfs@click21.com.br

RS - PORTO ALEGRE

GATTI ASSESSORIA FISCAL E CONTÁBIL
Rua Santa Catarina, 361
91030-330 - Porto Alegre - RS
Tel. (51) 2108-9900
www.gatti.com.br

SC - FLORIANÓPOLIS

RG CONTADORES ASSOCIADOS
Rua Dom Jaime Câmara, 77 - Sala 101
88015-120 - Florianópolis - SC
Tel. (48) 3025-6424
www.rgcontadores.com.br

SC - BLUMENAU - JOINVILLE - ITAJAÍ

J. MAINHARDT & ASSOCIADOS
Rua 2 de Setembro, 2639 - 1, 2, 3 ands.
89052-001 - Blumenau - SC
Blumenau - Tel. (47) 3231-8800
www.mainhardt.com.br

SE - ARACAJU

SERCON SERVIÇOS CONTÁBEIS
Rua Siriri, 513 - Centro
49010-450 - Aracaju - SE
Tel. (79) 2106-6400
www.sercontabil.com.br

SP - SÃO PAULO

ORCOSE CONTABILIDADE E ASSESSORIA
Rua Clodomiro Amazonas, 1435
04537-012 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3531-3233
www.orcose.com.br

DPC - DOMINGUES E PINHO CONTADORES
Rua Sampaio Viana, 277 - 10º andar - Paraíso
04004-000 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3884-1116
www.dpc.com.br

TO - PALMAS

CONTATO CONTABILIDADE
Av. JK - 104 - N. Cj 01 - Lote 39 A - Sl 5
77006-014 - Palmas - TO
Tel. (63) 3219 7100
www.contatopalmas.com.br

GBRASIL (Sede)

Rua Clodomiro Amazonas, 1435
04537-012 - São Paulo - SP
Tel. 55 (11) 3814-8436
www.gbrasilcontabilidade.com.br

UM VERÃO DIFERENTE NA COSTA BRASILEIRA

Foto: Renato Velasco



Quem acompanha de perto a atividade econômica nas cidades do litoral brasileiro sabe quanto o turista é importante na cadeia de consumo. Ele é aguardado com muita expectativa nas temporadas de verão – ápice do faturamento de muitas empresas que compõem a chamada “indústria do turismo”. São hotéis, bares, restaurantes, imobiliárias, locadoras de automóvel, agências de turismo, empresas de ecoturismo, comércio de roupas, calçados, bijuterias, artesanato, enfim, uma rede eclética e gigante de empresas a serviço do turista.

A boa notícia, trazida na reportagem especial desta edição da revista *Gestão Empresarial*, é a chegada de uma temporada diferente no verão 2009/2010. Na costa brasileira, atracarão 19 navios de cruzeiro de classe inter-

nacional. Juntos, eles deverão transportar cerca de meio milhão de turistas – brasileiros e estrangeiros. É um dado considerado estupendo para os operadores de turismo no País. Entretanto, sabemos que esses números poderiam ser bem maiores se o Brasil oferecesse mais portos com infraestrutura adequada para receber essas embarcações turísticas de grande porte. Um projeto de longo prazo que precisa ser encarado com firmeza tanto pelo governo como pela iniciativa privada.

Nosso caso de sucesso em empreendedorismo vem, desta vez, do Rio Grande do Norte. Cliente da Rui Cadete | GBrasil em Natal, as Indústrias Becker têm sua história narrada por seu principal empreendedor, o engenheiro químico Astriel Vieira de Mendonça Júnior. Especializada na fabricação de produtos de higiene profissional, a Becker é hoje a principal indústria brasileira neste setor e referência em padrões de qualidade e tecnologia. Um dos diferenciais competitivos da empresa é o treinamento de mão-de-obra dedicada ao serviço de limpeza em hospitais, supermercados, hotéis e áreas de grande fluxo de pessoas. Um sucesso alcançado sob a filosofia de preservação ambiental.

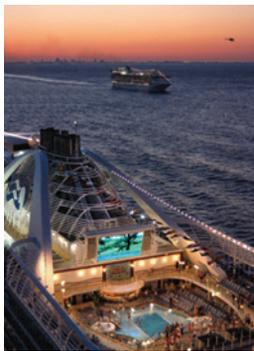
Os cartões de débito e crédito também foram motivo de reportagem especial nesta edição, devido ao crescimento estratosférico das operações de compra e venda com o chamado “dinheiro de plástico”. Tecnologia irreversível e de grande adesão por parte do consumidor, os cartões de débito e crédito estão hoje concentrados nas mãos de dois grandes fornecedores: Visa e Mastercard. Nesta reportagem, trazemos a preocupação do governo em regular este mercado novo de serviços e que, até agora, tem ditado suas próprias regras sozinho.

Boa leitura!

REINALDO SILVEIRA

Presidente do GBrasil

gbrasil@gbrasilcontabilidade.com.br



Capa - 16



22



30

Editorial 3

UM VERÃO DIFERENTE NA COSTA BRASILEIRA

Entrevista 5

GILBERTO LUIZ DO AMARAL

Casos de Sucesso 10

INDÚSTRIAS BECKER:
FAXINEIROS, POR EXCELÊNCIA

Consultoria GBrasil 14

- . SERVIÇOS DE HOTELARIA E A INCIDÊNCIA DE PIS/COFINS
- . REVOGADA A REAVALIAÇÃO DE ATIVOS DAS EMPRESAS
- . DIREITO DO CONSUMIDOR: DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO
- . RETIRADAS NÃO PERMITIDAS
- . REFLEXOS DA TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA
- . INFORMAÇÕES À RECEITA SOBRE CARTÕES
- . OBRIGATORIEDADE DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

Portos Turísticos 16

BRASIL NA ROTA DOS CRUZEIROS MARÍTIMOS

Em tese 20

A TRIBUTAÇÃO DAS CLÍNICAS MÉDICAS

Mercado de Cartões 22

DINHEIRO DE PLÁSTICO EM ALTA E SOB A MIRA DO GOVERNO

Comércio Exterior 26

CHILE: UMA PLATAFORMA DE EXPORTAÇÃO PARA O BRASIL

Práticas do Bem 30

UMA CIDADE DE MENINOS

Em Síntese 32

- . MARPE CONTADORES RECEBE, EM FORTALEZA, O 32º ENCONTRO GBRASIL
- . EMPRESÁRIOS GBRASIL PARTICIPAM DO V ENCONTRO EMPRESARIAL NEGÓCIOS NA LÍNGUA PORTUGUESA
- . EXPOSIÇÃO DE FAYGA OSTROWER NA ESTAÇÃO PINACOTECA DE SÃO PAULO TEM O PATROCÍNIO DA DPC | GBRASIL
- . GBRASIL CONQUISTA CARGO DIRETIVO NO IGAL
- . MATUR INICIA PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA
- . FUNDAÇÃO F. ROOSEVELT PRESTA HOMENAGEM À DPC



10



26



32

Gestão Empresarial é uma publicação trimestral do GBrasil - Grupo Brasil de Empresas de Contabilidade, distribuída a clientes e parceiros estratégicos em todo o território nacional

ENDEREÇO DA SEDE GBRASIL
Av. Clodomiro Amazonas, 1435
04537-012 - São Paulo-SP
Tel./Fax: 55 (11) 3814-8436
www.gbrasilcontabilidade.com.br

CONSELHO EDITORIAL
Pedro Coelho Neto
(Marpe Contadores Associados)
Reinaldo Cardoso da Silveira
(Org. Silveira de Contabilidade)
Nilson José Goedert
(RG Contadores Associados)
Manuel Domingues e Pinho
(Domingues e Pinho Contadores)
Rider Rodrigues Pontes
(Unicon - União Contábil)

PRODUÇÃO, EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO
Conteúdo Comunicação &
Luna Editora
www.conteudocomunicacao.com.br

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Diva de Moura Borges
diva.borges@uol.com.br
Tel. (11) 3814.8436

RELAÇÕES COM ANUNCIANTES
Pedro A. de Jesus
Mundo Verde Anúncios
anunciosmundoverde@bol.com.br
Tel. (11) 3875.0308

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:
Beatriz Levisch
Carolina Costa
Leandro Rodriguez
Nilton Joel Goedert

REVISÃO
(SOB NOVA ORTOGRAFIA)
José Paulo Ferrer

PROJETO GRÁFICO
Moema Cavalcanti

FOTOGRAFIAS & ILUSTRAÇÕES

Anderson Tozato (PR)
Carlos Eugênio (CE)
Equipe Fiesp (SP)
Eduardo Maia (RN)
Gilberto Viegas (SC)
Gonzalo Cárcamo (SP)
João de Brito Coelho Jr (PI)
Latin Stock (SP)
Marcos Salles (MA)
Paulo Pampolim/Hype Fotografia (SP)
Renato Velasco (RJ)
Weimer Carvalho (GO)

As demais imagens utilizadas nesta edição foram cedidas de arquivos pessoais ou divulgação das empresas e entidades citadas.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO:

10.000 exemplares

IMPRESSÃO

Leograf Editora,
em papel couché brilho 150g (miolo) e
couché 180g (capa)

EM DEFESA DOS CONTRIBUINTE

Gilberto Luiz do Amaral, presidente do IBPT

O CONTADOR E ADVOGADO GILBERTO LUIZ DO AMARAL, DE 48 ANOS, PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO - IBPT, É CONSIDERADO UM GUERRILHEIRO DOS CONTRIBUINTE. DESDE QUE SE PROPÔS A PESQUISAR A CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NA ECONOMIA, ELE TEM LEVANTADO VÁRIAS BANDEIRAS EM DEFESA DOS CONTRIBUINTE E MOSTRADO QUE É NECESSÁRIO, ACIMA DE TUDO, O CIDADÃO TOMAR AS RÉDEAS DESSE ESTADO CADA VEZ MAIS FAMINTO POR ARRECADAÇÃO

POR DIVA BORGES

E SEM FREIOS PARA GASTAR. O IBPT foi criado em 1992, em Curitiba, e é considerado uma consultoria privada na área de impostos. Sua principal fonte de receita são os estudos setoriais e empresariais feitos sob encomenda pelo mercado. Mas desde o início, o instituto se preocupa em trazer a público os temas tributários que o leigo, cidadão comum, não entende. Estes estudos permanentes e sistemáticos incluem a tributação no preço final das mercadorias e serviços, dias trabalhados para pagar tributos e o impostômetro, que vai registrando o crescimento do bolo tributário brasileiro ao longo do ano. Esses resultados têm ganhado espaço da mídia e na mente do brasileiro, cuja consciência de exigir do governo a contraprestação de serviços – saúde e segurança principalmente –, ainda é bem baixa, na opinião de Gilberto. A investida mais recente desse guerrilheiro é o Observatório de Governança Tributária, uma iniciativa que tem como parceiro o IGTAX - Instituto de Governança Tributária. Com foco nas empresas de capital

Fotos: Anderson Tazato



aberto, o estudo inaugural do IBPT-IGTAX levantou polêmica e teve seus resultados considerados um tanto incômodos pelo mercado. Não menos confortáveis devem ter ficado os investidores da bolsa com o dado dramático levantado pela pesquisa que se pautou na análise de balanços e dados governamentais: cerca de 29% das empresas listadas na Bovespa têm débitos inscritos na Dívida Ativa da União. Para Gilberto, a pesquisa demonstra fragilidade fiscal e falhas de gestão tributária corporativa, principalmente em se tratando das maiores empresas

brasileiras. Mas por aí está vindo chumbo ainda mais grosso. O segundo levantamento, que há mais de 4 anos vem sendo feito pelo IBPT-IGTAX, revela outro dado mais estupefacente: o despreparo dos profissionais de relações com investidores em lidar com o assunto tributário das companhias. Gilberto nos adianta os principais pontos desse estudo, que está para ser divulgado. Leia a seguir a entrevista concedida em meados de agosto, à revista GESTÃO.

Gestão – Até onde o planejamento tributário é lícito e quando ele pode ser considerado falacioso, um jeitinho, um subterfúgio para a sonegação?

Gilberto Amaral – O planejamento tributário é aceitável quando ele tem um propósito negocial. São razões de caráter comercial, societário, logístico e financeiro que fundamentam um procedimento empresarial com resultados tributários. Uma empresa que adota um determinado regime tributário cujo limite de faturamento irá extrapolar e atingir outra faixa de tributação e, por isso, se divide criando uma segunda empresa, com intuito de dividir essa receita para que se preserve o mesmo regime tributário, comete um procedimento atentatório, pois sua intenção foi somente reduzir tributos. Essa conduta é combatida nas principais legislações do mundo e o Brasil também combate. Mas, a empresa que cria uma nova organização com a finalidade de melhorar a performance do negócio, com sentido técnico e comercial, ou seja, um propósito negocial, configura um planejamento tributário legítimo sob o ponto de vista ético, da transparência e da consistência. O tributo é uma consequência da operação da empresa.

Gestão – Esse caso de cisão de empresas seria emblemático?

Amaral – A cisão com um propósito negocial é feita de fato, não apenas no papel. Quando se tem duas empresas registradas no mesmo endereço, por exemplo, usando da mesma estrutura, mesmos sócios, isso torna-se uma simulação.

o melhor resultado para avaliação da companhia para fins tributários é este ... , caminho permitido por lei, e por isso fizemos tais ajustes". Além disso, deveriam ter feito notas técnicas, explicando os reflexos do primeiro trimestre, no segundo trimestre etc. Como a Petrobras fez esses ajustes somente no final do ano, reabrindo, mas sem comunicar ao mercado, isso caracterizou uma falha de governança tributária. Esse planejamento tributário deveria ter sido enquadrado nas regras de boa governança corporativa. Faltaram transparência com o mercado e comunicação obrigatória no tempo correto. Tudo que impacta resultados deve ser comunicado, sob pena de ser classificado como informação privilegiada. Somente os diretores da empresa, nesse caso, sabiam desse planejamento tributário. Não pode haver privilégios na informação. O mercado ficou sabendo pelos jornais.

Gestão – Isso, inclusive, é uma exigência da CVM, certo?

Amaral – Sim. Não há privilégio. Acionistas majoritários e minoritários devem ser informados igualmente. O relacionamento com o investidor tem que ter conteúdo tributário. Não adianta alegar que a legislação tributária é complexa. É por ser complexa mesmo que deve ser muito bem explicada ao investidor. O tributo é um dos elementos principais na formação dos custos de qualquer empresa. A empresa que não adotar um provisionamento possibilita a manipulação de resultados gerando lucro ou prejuízo indevidamente, de acordo com o interesse da direção da companhia.

Gestão – O papel de um diretor de relações com investidores neste contexto é, então, crucial para atender essa necessidade de infor-

mação do mercado?

Amaral – Sim. Estamos justamente fazendo uma pesquisa sobre o papel desse executivo. Nosso levantamento mostra que as mais de 500 empresas brasileiras com ações na Bolsa não possuem um profissional de relações com investidores com conhecimento tributário. E pior, nem os analistas de mercado possuem esse conhecimento de governança tributária. Nós, do IBPT, somos grandes combatedores da complexidade da legislação tributária e da injustiça tributária que existe no Brasil, mas não se pode usar desse fato como justificativa para não informar ou flexibilizar a informação para o investidor. Informar apenas quando o dado é favorável não é correto.

Gestão – O primeiro estudo do IBPT envolvendo as companhias



O PROFISSIONAL DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES NÃO TEM CONHECIMENTO TRIBUTÁRIO. E PIOR, NEM OS ANALISTAS DE MERCADO POSSUEM ESSE CONHECIMENTO

Gestão – Qual sua opinião no caso da Petrobras, acusada de tentar burlar o fisco porque mudou seu regime de contabilização?

Amaral – O procedimento feito pela Petrobras não é ilícito; está previsto em lei. Existe uma medida provisória que permite a qualquer empresa fazer o reconhecimento de suas receitas ou das suas despesas de variação cambial pelo regime de caixa e não pelo regime de competência. A contabilidade é pelo regime de competência e se faz um ajuste para fins fiscais. O que se questiona é se a Petrobras poderia voltar a janeiro de 2008 fazendo isso. Ela fez isso em julho, no terceiro trimestre de 2008. Entendo que sim, porque ela encerra todas as suas demonstrações para fins fiscais quando ela apresenta a declaração de Imposto de Renda. O que faltou foi governança tributária. Eles deveriam ter comunicado ao mercado – *“entendemos que*

de capital aberto, divulgado em julho, trata da inscrição de 29% dessas empresas na Dívida Ativa da União. O dado assusta e subentende-se que o acionista não está sendo informado desse endividamento e lidando com risco altíssimo no seu investimento. O que motivou esse estudo?

Amaral – Na verdade, o que motivou o IBPT a criar um observatório de governança tributária foi o risco à eficiência. Neste segundo estudo fica denotado que um índice relevante das empresas listadas na Bolsa não declaram seu passivo tributário. Omitem essa informação.

Gestão – Mas essas empresas esperam manter essa boa aparência do não passivo tributário até quando? Até a empresa falir?

Amaral – É necessário inicialmente ver o que é omissão por culpa ou dolo. Neste estudo não conseguimos atingir esse aspecto, pois resulta da leitura das demonstrações financeiras e comparação de dados. Existe uma regra contábil que é o provisionamento de contingências diversas, inclusive as tributárias. Deve-se levar nas notas explicativas tudo o que pode impactar os resultados futuros da companhia. As contingências devem ser assim relatadas em notas explicativas, os passivos ou provisões de dívidas contestadas que tenham risco de perda, seja ele provável, possível ou remoto. Se o risco de perda for provável, há necessidade de provisionar em balanço. Se for possível, deve-se lançá-lo em notas explicativas. Se ele for remoto, a companhia não tem a obrigação de relatá-lo. O dilema nessa análise é o subjetivismo. A norma internacional de contabilidade afirma que essa análise deve ser ‘responsável’ e ter conteúdo. Quando alguma empresa nos solicita um parecer do gênero, sempre avaliamos o quadro considerando todas as variáveis. Isso no Brasil não é feito e as auditorias não se aprofundam nesta análise. Geralmente as companhias se apegam a uma ‘opinião’ de advogado, com um subjetivismo grande e irresponsável. A regra é o provisionamento. A opção de não provisionar é exceção e deve ser muito bem fundamentada. No Brasil ocorre o contrário: a grande parte não provisiona com o intuito de melhorar o passivo da companhia. Só que isto significa enganar o investidor. É um terreno delicado e novo essa questão do provisionamento. Este estudo demorou quase 4 anos para vir a público.

Gestão – Qual o dado mais dramático desse levantamento?

Amaral – Não há critério técnico por parte das companhias e das auditorias nessa questão do passivo tributário. Elas relatam com um subjetivismo irresponsável, ao contrário do que fala a norma internacional de contabilidade. É a mesma coisa que um médico falar que todo tumor não é cancerígeno. A regra do mercado é a de que ‘todo tumor não é cancerígeno’. Mais da metade das empresas com ações negociadas na Bolsa, no Brasil, está

sendo irresponsável ao expor seu passivo tributário e ao informar o seu acionista. Neste estudo há dados horripilantes mas também falhas simples envolvendo conceito, filosofia.

Gestão – Mas a CVM não tem tomado medidas a respeito dessa informação sobre o passivo tributário das companhias?

Amaral – Ela já tem demonstrado preocupação.

MAIS DA METADE DAS EMPRESAS COM AÇÕES NEGOCIADAS NA BOLSA, NO BRASIL, ESTÁ SENDO IRRESPONSÁVEL AO EXPOR SEU PASSIVO TRIBUTÁRIO E AO INFORMAR O SEU ACIONISTA

Gestão – O IBPT faz levantamento de passivos tributários?

Amaral – Sim. As empresas contratam o IBPT para fazer análise de carga tributária cotejando com o mercado e vendo a eficiência e risco tributário da empresa em questão, para auditoria de passivo tributário e para análise de contingência tributária.

Gestão – Essas empresas se surpreendem com os resultados?

Amaral – Sempre se surpreendem. Nunca pegamos uma empresa que nos pedisse esse serviço e cujo resultado fosse exatamente aquilo que o empresário imaginava. Às vezes, ela supõe que seu passivo é tão alto que seja impagável. E, pelo contrário, mostramos que ele é pagável sim. Ou então que a empresa se considera a mais endividada do mercado e verificamos que percentualmente essa dívida é menor do que a média do setor. Em outros casos, o cliente acha que deve 100, mas na verdade deve 500...

Gestão – Quantos estudos o IBPT já fez desde sua criação?

Amaral – São 12 estudos permanentes, mais de 50 pontuais, cerca de 30 setoriais e empresariais, mais de 200. Nosso estudo sobre a carga tributária no Brasil é trimestral, desde o ano 2000. Hoje temos um banco de dados excepcional.

Gestão – Essas pesquisas incomodam o governo ou à Receita Federal especificamente?

Amaral – Creio que incomodam na medida em que pedimos muitos dados à Receita. Estamos frequentemente solicitando informações. O órgão é nossa principal fonte de informação. O fisco brasileiro, cabe aqui um elogio, é ultraeficiente. Isto, associado às ferramentas tecnológicas que possuímos hoje, nos permite criar um serviço de inteligência tributária de grande abrangência.

Gestão – Esse conhecimento do sistema tributário nacional é que deu margem para o IBPT fomentar a campanha contra a CPME?

Amaral – Sabíamos que a extinção dela (*CPMF*) não afetaria a receita do Governo. Mesmo com a crise, a receita tributária não caiu. Ela caiu em termos reais por uma menor atividade econômica, mas os governos não estão comprometidos. A receita obtida pelos Estados com o ICMS e nos municípios tem crescido e isto está compensando. Este ano teremos mais arrecadação em termos nominais do que no ano passado. Se aplicarmos o índice de inflação, teremos uma queda de 4%. Mas o que será isso, se comparado à performance mundial, onde a arrecadação vem apresentando queda real de 10% a 12%? Ou seja, o desempenho brasileiro será excelente.

Gestão – O SPED veio ajudar nesse arsenal?

Amaral – Ele diminuirá a sonegação quando estiver completamente implantado entre as pequenas empresas. O índice de evasão de receitas tributárias no Brasil é de 26,84% do total arrecadado, cerca de R\$ 250 bilhões/ano. O SPED atuará sobre essa fatia, combatendo parte dessa sonegação por meio da implantação de obrigações no topo dessa pirâmide – as maiores empresas cumprindo e irradiando para médias e menores por meio da nota fiscal eletrônica. Nas operações entre pequenas empresas ficará mais difícil. Mas, se diminui a sonegação com instrumentos objetivos – cruzamento de dados, autuações, operações – e os subjetivos – que são os decorrentes das ações objetivas. O empresário observa a ação contra sonegação, casos como o da Daslu, etc. Essas notícias ajudam a reforçar o caixa do governo pois o contribuinte sonegador percebe que

NO BRASIL TEM SE CRIADO UMA SÉRIE DE MEDIDAS DE COMBATE À SONEGAÇÃO, MAS TUDO ISSO É FEITO COM O CUSTO DO CONTRIBUINTE, E NÃO DEVERIA

se o grande está sendo pego, ele também poderá ser. Imaginamos que em 2015 a sonegação caia de 26,84% para 15%. O fisco brasileiro é altamente eficaz, principalmente o federal, pela pouca quantidade de pessoas, ele é muito eficiente. No Brasil tem se criado uma série de medidas de combate à sonegação: retenção na fonte, declarações, obrigações acessórias, certificação digital, mas, na minha opinião, tudo isso é feito com o custo do contribuinte, e não deveria.

Gestão – Você acha que o governo deveria arcar, por exemplo, com os custos de sistemas para o SPED?

Amaral – Sim. Além do sistema, ele deveria também dar o treinamento para o uso desse sistema. A

Lina estava tentando fazer isso. Espero que o Car-taxo continue e diminua a burocracia do SPED, acabando com um monte de obrigações acessórias que pesam hoje sobre os contribuintes.

Gestão – Quais os setores econômicos brasileiros mais penalizados pelo sistema tributário?

Amaral – Todo o setor industrial brasileiro é altamente tributado porque 65% da arrecadação brasileira está no tributo sobre consumo – direto ou indireto. O governo sempre procura ampliá-la porque ele tem uma arrecadação rápida. Isso traz uma sobrecarga para o setor industrial, elétrico, comunicações, combustíveis, automóveis, eletro-eletrônicos, calçados, vestuário. É fácil perceber isso. Basta visitar os países lá fora e ver o que é barato lá. O barato significa que o produto é menos tributado ali. O contrabando do Paraguai existe sustentado nessa diferença. Exemplo disso é a tributação da indústria de computadores. O mercado paraguaio ficou desinteressante para o brasileiro a partir do momento que o governo baixou a tributação sobre a produção do computador. Baixou ICMS, PIS, Cofins e eliminou o IPI. Pronto; o Paraguai ficou desinteressante...

Gestão – Qual o setor mais tributado do Brasil?

Amaral – O setor de saúde. A tributação é maior do que a do setor financeiro, educação, lazer e alimentos. Ela está entre as maiores, concorrendo com o setores industrial e de energia elétrica. Enquanto deveria estar ao lado do setor de educação, entre os menos tributados. Mas o governo, além de não fornecer o serviço de saúde pública, como é sua obrigação, tributa altamente o setor privado. O mesmo ocorre com o setor de segurança.

Gestão – São os lobbies empresariais junto ao governo e ao congresso que regem essa medida?

Amaral – Com certeza. Só que quem governa deveria pensar no País.

Gestão – Qual o modelo ideal de tributação na sua opinião?

Amaral – O que tributa menos o consumo e mais o patrimônio. Não há fórmula que fuja disso se se quer distribuir renda. Aquele brasileiro que trabalha e produz tem hoje a mais alta carga tributária do mundo. Aquele brasileiro que vive de especulação, seja de capital ou de patrimônio, tem aqui o paraíso fiscal. Não se pode tributar mais quem trabalha e produz; pelo contrário, deve-se incentivar. Quem especula é que precisa ser mais tributado. Há necessidade de separar o que é especulativo do que é produtivo.

Gestão – Qual a chance de essa idéia tornar-se realidade?

Amaral – A curto prazo, nenhuma. O brasileiro é submisso, não contesta, não exige seus direitos. Temos um parlamento que é este que está

aí, e governantes que pensam sempre em arrecadar mais. Poderíamos fazer uma grande reforma tributária sem mexer na Constituição. Basta reduzir ICMS dos Estados; São Paulo cobra 18% e não há justificativa para isso.



Gestão – Há uma corrente que aponta um alto grau de litigiosidade entre contribuintes e governo; e que o contribuinte, antes de lançar mão do aparato judicial para buscar seus direitos, deveria buscar soluções por meio de processos administrativos junto aos órgãos, menos custosos e mais rápidos. Você concorda?

Amaral – Não. Há muita demanda judicial porque o sistema tributário brasileiro é complexo, repetitivo e contraditório, devido ao histórico de exigências inconstitucionais que o governo fez e ainda pela dubiedade: a lei diz uma coisa e a portaria diz outra. Há normas que se contradizem e que levam o contribuinte a questionar no âmbito judicial. Outra característica são as anistias constantes. Isso corrompe, incentiva os espertos.

Gestão – O Simples tem se mostrado eficiente no sistema tributário?

Amaral – O Super Simples é complexo demais, mas

O BRASILEIRO QUE TRABALHA E PRODUZ TEM HOJE A MAIS ALTA CARGA TRIBUTÁRIA DO MUNDO. O QUE VIVE DE ESPECULAÇÃO TEM AQUI O PARAÍSO FISCAL

tem passado por mudanças legislativas. O desafio é criar uma escada mais suave para a transição de regimes. Hoje, quem está no Simples não quer ir para o Lucro Presumido e quem está no Presumido não quer ir para o Lucro Real. As variáveis e os custos são tão grandes para mudar de regime que ficam todos de cabelo em pé.

Gestão – A carga tributária tem chances de ser diminuída no Brasil?

Amaral – A curto prazo não, porque o governo vem gastando mais do que arrecada. O próximo presidente possivelmente também não o fará, pois seja Dilma, Serra ou Aécio, o perfil dos três é de governantes fiscalistas. A experiência deles foi apenas no setor público e não entendem as agruras do setor privado. Não possuem essa sensibilidade e por isso não guardo ilusões quanto a esses possíveis candidatos. E, sinceramente, gostaria de estar errado. □



Invista em crescimento

Software Integrado de **Gestão Contábil**

ESCOLHA A NASAJON SISTEMAS

O Integratto da Nasajon é a **Melhor Solução para Gestão de Negócios** segundo a Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação (Prêmio Assespro 2008).

Além disso, você conta com o diferencial de atendimento responsável por índices de satisfação da ordem de 98%*. Faça como mais de **15 mil empresas** em todo o Brasil. Escolha sistemas Nasajon.

CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA CONTADORES

*pesquisa PUC-Rio, 2006



ASSESPRO
Melhor Solução para
Gestão de Negócios
2008



INFORMÁTICA HOJE
Uma das Melhores do
Setor de Aplicativos
2003/2004/2005
2007/2008



FECOMÉRCIO
Categoria
Grandes Empresas
de Serviços
2008



EXAME
Uma das Melhores
para Você Trabalhar
2003/2006
2008/2009

Acesse nosso site e conheça a nova ferramenta gratuita: o Sped Consulta.

. contabilidade . escrita fiscal . protocolo . folha de pagamento . recursos humanos .
. controle de ponto . gestão financeira . estoque . faturamento . contas a pagar e receber .

0800 021 7070 • escolha@nasajon.com.br • www.nasajon.com.br



NASAJON
S I S T E M A S

Software de confiança!

INDÚSTRIAS BECKER

FAXINEIROS, POR EXCELÊNCIA

Fabricante de produtos de limpeza profissional traz ao mercado brasileiro novos padrões de higienização de hospitais, supermercados, hotéis, lavanderias e ambientes de alto fluxo de pessoas. Com crescimento de 15% ao ano, Becker se apoia na criação de escolas de limpeza para o uso adequado de seus produtos

POR DIVA BORGES

Fotos: Eduardo Maia



Linha de produção das Indústrias Becker, localizada em São José do Mipibu-RN: atendendo o mercado brasileiro de higiene profissional e, agora, também no Mercosul e Europa

Na década de 80, o técnico em petroquímica e estudante de engenharia química, de 21 anos, Astriel Vieira de Mendonça Júnior decidiu iniciar em Recife, numa pequena garagem coligada a um banheiro, uma indústria de detergentes e aromatizantes para pisos. Usando mangueiras de jardim, tambor plástico, tubos de PVC para misturar os produtos químicos, e uma máquina Olivetti para produzir os rótulos, Astriel dava início ao que hoje é considerada a principal empresa de produtos para higienização profissional no Brasil, as Indústrias Becker. Uma

organização que vem crescendo à média de 15% ao ano e que em 2009 marca sua entrada definitiva no mercado externo, com metas a médio prazo de abrir unidades de produção nos Estados Unidos e na Europa.

Aos 50 anos de idade, Astriel, que sempre teve ao lado a esposa Katia Harrop cuidando da parte administrativa do negócio, tem orgulho hoje ao exibir sua estrutura, com 95 mil m² de área, localizada em São José do Mipibu, a 30 minutos da capital do Rio Grande do Norte. Ali, em seus galpões de 15 mil m² e modernos reatores a frio e a quente, a Becker fabrica pro-

duto de higienização profissional para os mais variados fins e que estão presentes no Brasil, no Mercosul e Europa. São detergentes, ceras, desengraxantes, amaciantes e desinfetantes usados em grandes hospitais, redes de supermercados, shopping centers, lavanderias, hotéis, lava rápidos e todo e qualquer lugar de grande impacto de público, como metrô, terminais aéreos e rodoviários.

Mercado profissional de sanitização

Para conquistar o mercado de higienização profissional, que emprega hoje 1,5 milhão de pessoas no Brasil e é formado principalmente por empresas de terceirização de serviços de limpeza, Astriel se apoiou no diferencial qualitativo e de serviços agregados. “A Becker hoje não é só produto de limpeza. Ela é principalmente uma empresa de consultoria para desenvolvimento e implementação de projetos de sanitização profissional. Conseguimos reduzir custos da atividade de limpeza em até 50% apenas com o uso racional de produtos químicos, água e energia. Há casos em que diminuimos em 90% o uso de água, gerando uma economia surpreendente”, conta o empresário. Dessa forma, a Becker pode marcar presença antes mesmo da operação do cliente, auxiliando-o na melhor escolha do piso ou desenvolvendo projetos de higienização para vidros, sanitários ou áreas específicas de alimentação.

O que a Becker proporciona hoje a sua clientela, desviando-se sempre de cair na tentação de uma disputa insana de preços com o mercado, é oferecer o melhor produto e a melhor assessoria técnica para a sua aplicação. Uma das iniciativas vencedoras da Becker nesse sentido foi criar ‘escolas de limpeza’ pelo País, multiplicando as melhores práticas de higienização profissional absorvidas em países como Estados Unidos e Alemanha. “Viajamos uma média de quatro vezes ao ano apenas para acompanhar o que tem de melhor lá fora para higiene profissional”, afirma.

O discurso é alinhado na empresa. O diretor comercial Ricardo Alves, por exemplo, observa que independentemente de qualquer graduação que os 180 colaboradores da empresa possam ter, eles são, antes mais nada, faxineiros profissionais. “Temos que entender profundamente do que vendemos. Outro dia, fui eu mesmo limpar os banheiros da minha casa”, conta o diretor. As práticas de limpeza são ensinadas nas três Escolas de Limpeza Becker – no Rio de Janeiro, São Paulo e Natal –, por profissionais de enge-



Na foto superior, os empresários Astriel Vieira de Mendonça Júnior e Kátia Harrop. Ao centro, a planta fabril da Becker, no RN, com 95 mil m² de área total. Abaixo, uma das três escolas de limpeza da indústria, onde são feitos os treinamentos para uso dos produtos

nharia química e sanitária. Numa área de 500 m², em média, e com simulação de ambientes de hospitais, lavanderias, cozinha industrial, área de processamento de carnes e frios, a Becker ensina os melhores procedimentos para cada tipo de higienização, o uso correto de seus produtos e o que existe de mais avançado no mundo em termos de equipamentos e acessórios para este fim. “De 15 anos para cá, conseguimos mudar padrões de higiene profis-



sional no Brasil”, afirma Astriel. Os workshops oferecidos pela empresa aos seus clientes fizeram multiplicadores que hoje possuem suas próprias escolas de limpeza.

Produtos acompanhados por equipamentos

O arsenal de equipamentos e acessórios para higienização, grande parte importados pela Becker, não deixa a dever aos produtos de limpeza que fabrica. São limpadoras automáticas de vários tipos e portes, polidoras profissionais, limpadoras sob pressão e outros recursos que ano a ano vão sendo somados ao portfólio da Becker. Nesse aspecto, a empresa conseguiu unir sua marca aos principais nomes do mercado internacional. São seus parceiros, por exemplo, as alemãs Karcher, Cognis, Basf e as americanas, Rohm & Haas, NSS, Windsor, Rubbermaid/Tomki, e as brasileiras Oxiteno e Braskem.

Com a mecanização e o treinamento de pessoal, garante Astriel, é possível reduzir em

50% a quantidade de produtos de limpeza. “Temos o caso de um hospital, que usava 10 toneladas por mês de produtos de limpeza e passou a usar 5 toneladas/mês. Tudo por meio do uso racional e mais eficiente, apoiando-se também em dosadoras automáticas de produto”, afirma.

A economia de água, um dos diferenciais nos projetos da empresa, é conseguida por meio de equipamentos de última geração. Nesses, a água suja do processo de higienização é aspirada, purificada e devolvida para uso na etapa seguinte de limpeza. Mas, a novidade mais recente trazida pela Becker ao Brasil são as polidoras de pisos movidas a bateria. “Elas vêm substituir as polidoras movidas a álcool e a gás, consideradas ecologicamente incorretas”, observa Astriel.

Mercado doméstico em abordagem inicial

Por uma exigência do próprio mercado, as Indústrias Becker lançaram em 2008 uma linha de produtos voltada para o mercado doméstico. “Estamos testando esse mercado por meio do Walmart em alguns supermercados do Nordeste”, informa o empresário. Entretanto, a prioridade da Becker hoje é sua internacionalização. “A comunidade econômica europeia é um mercado fantástico e queremos, a médio prazo, criar uma unidade de produção ali e também nos Estados Unidos”, adianta, empolgado, o empresário.

Consciência limpa com o meio ambiente

A preocupação do empresário Astriel com o meio ambiente sempre se refletiu nos negócios da Becker. Engenheiro especializado em Ecologia pela Universidade Católica de Recife, ele zela de modo criterioso as matérias-primas que utiliza e persegue toda a cadeia de produção para garantir que a indústria causará nenhum ou o menor impacto ambiental possível. Os galões em que são transportados os produtos, por exemplo, são recolhidos e encaminhados para reciclagem. “Jogar produto químico no ralo significa poluir rios”, lembra o empresário. Além dos plásticos, outros resíduos sólidos como tambores de metal, caixas de papelão e sacos plásticos são também descartados de modo seletivo e reaproveitados em recicladoras ou no próprio ambiente industrial da empresa.

Os tensoativos dos produtos Becker, por sua vez, são considerados os mais corretos do mundo dentro da política de preservação ambiental. É o Ecosurf, da Down Química, e o Lutensol, da Basf alemã, ambos certificados pelos organismos internacionais de vigilância am-

biental e com passaporte livre para os mercados mais exigentes e restritivos em termos de legislação ambiental.

Toda essa preocupação, no entanto, na opinião de Astriel, não supera as lacunas que mais impactam o ambiente: a educação do cidadão. "O Brasil tem que melhorar muito. Quanto mais educado o povo, menos sujeira e menos impacto ao ambiente. Não é possível tolerarmos um cidadão que joga lixo na rua, nos terrenos baldios e nos canais, ou ver praias, mesmo longínquas, com garrafas pet jogadas na areia e no mar."

O interesse genuíno e tão intenso de Astriel acabou repercutindo também na educação de seus 5 filhos. O mais velho deles, Henrique, cursa o terceiro ano de engenharia ambiental e tem a vida pautada pela preservação do planeta: anda apenas de bicicleta e transporte coletivo, possui somente duas calças jeans, é vegetariano, não usa ar condicionado, recusa roupas de grife, não usa sapato de couro e tem a meta de ainda fazer biologia marinha, Nada mais limpo! □

GESTÃO CONTÁBIL FEITA PELA RUI CADETE | GBRASIL

Desde o ano 2000 a Rui Cadete Consultores e Auditores, associada GBrasil no Rio Grande do Norte, faz o acompanhamento da contabilidade das Indústrias Becker. Para o contador Rui Cadete (*foto ao lado*), o maior desafio da indústria que lida com produtos químicos são as exigências legais. "A carga tributária é excessiva e complexa e há necessidade de um acompanhamento rigoroso de todas as legislações que impactam esse tipo de negócio, sejam elas ambientais, tributárias ou trabalhistas". Para Rui, a Becker é uma empresa vencedora nesse mercado, sendo seu empresário um exemplo de empreendedorismo e dedicação ao negócio. "Ele não se limitou ao universo de conhecimento no Brasil e foi buscar as boas práticas lá fora", analisa.



Foto: Cullerito Viegas

- Tradição
- Qualidade
- Modernidade

Os melhores resultados da *Agenda Contábil* são os de nossos clientes. Com eles, podemos montar o gráfico de nosso desempenho nos últimos *27 anos*.

agenda
Contábil

Contabilidade é a nossa especialidade!

 **GBrasil**
Grupo Brasil de Empresas de Contabilidade

SCS Quadra 02, Bloco C, nº 92, Grupos 202/4
Edifício Ariston - 70302-908 - Brasília DF
Tel: (061) 3321-1101 Fax: (061) 3321-1103
www.agendacontabil.com.br

Serviços de hotelaria e a incidência de PIS/Cofins

► Sobre os serviços de hotelaria pagos com cartão internacional, por residente no exterior, há incidência do PIS/Cofins?

DPC | GBRASIL RESPONDE – Não. São isentas do PIS/Pasep e da Cofins as receitas dos serviços prestados a pessoa física ou jurídica residentes ou domiciliadas no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas.

Base legal: Inciso III, Artigo 45 do Decreto 4.524/2002; Solução de Consulta 2 SRF 7ª RF, de 05/01/2009; Solução de Consulta 167 SRF 8ª RF, de 20/05/2009. □

Revogada a reavaliação de ativos das empresas

► O que determina a Lei 11.638/2007 quanto à reavaliação de ativos das empresas?

DPC | GBRASIL RESPONDE – O artigo 1º da Lei 11.638/2007 revogou o instituto da reavaliação dos ativos das empresas; entretanto os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social. A nova redação do § 3º, artigo 182 da Lei 6.404/1976 estabelece que serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Base legal: Artigos 1 e 6 da Lei 11.638/2009; § 3º, artigo 182 da Lei 6.404/1976 – Redação determinada pela Lei 11.941/2009; Solução de consulta 19 SRF 6ª RF, de 09/03/09. □

Direito do consumidor: declaração de quitação

► Quais as pessoas jurídicas estão obrigadas a apresentar a Declaração de Quitação Anual de Débitos?

UNICON | GBRASIL RESPONDE – Estão obrigadas as prestadoras de serviços públicos ou privados. Deverão emitir e enviar a declaração ao consumidor por ocasião do encaminhamento da fatura a

vencer no mês de maio do ano seguinte ou no mês subsequente à completa quitação dos débitos do ano anterior ou anteriores, e compreenderão os meses de janeiro a dezembro de cada ano. A declaração poderá utilizar espaço da própria fatura, devendo constar que ela servirá para comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor relativo aos faturamentos dos débitos do ano a que se refere e dos anteriores.

Base legal: Lei 12.007, de 29-07-09). □

Retiradas não permitidas

► Em que situação as retiradas não poderão ser pagas aos sócios?

UNICON | GBRASIL RESPONDE – O empregador em mora contumaz com o FGTS (período igual ou superior a 3 meses) não poderá:

1. pagar honorário, gratificação, *pro labore* ou qualquer tipo de retribuição ou retirada a seus diretores, sócios, gerentes ou titulares de firma individual; e

2. distribuir quaisquer lucros, bonificações, dividendos ou interesses a seus sócios, titulares, acionistas, ou membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos.

Base legal: Art.50 do Dec.99.684/90. □

Reflexos da terceirização de mão de obra

► Em que condições as empresas podem terceirizar mão de obra mediante a contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços?

GATTI | GBRASIL RESPONDE – Visando atribuir um padrão jurídico ao fenômeno da descentralização do trabalho, o TST editou o Enunciado 331, pelo qual passou a considerar lícita a terceirização, com a limitação de que esta não atinja a atividade-fim da empresa, preservando, ainda, uma responsabilidade “subsidiária” da empresa tomadora dos serviços. Com isso, uma empresa pode oferecer mão de obra a outra empresa, para executar serviços no âmbito da primeira, desde que estes serviços não se vinculem à atividade-fim da empresa que contrata a empresa que lhe fornece a mão de obra e desde que não haja subordina-

ção direta dos trabalhadores à empresa tomadora. Além disso, no caso de não pagamento dos créditos trabalhistas desses trabalhadores por parte da empresa prestadora, a tomadora será considerada responsável, subsidiariamente, na obrigação de adimplir tais créditos.

Base legal: IN MTb nº 3/1997. □

Informações à Receita sobre cartões de crédito

► Que informações as administradoras de cartões de crédito devem prestar à Receita Federal do Brasil sobre as operações com cartão de crédito?

GATTI | GBRASIL RESPONDE – A Receita Federal implantou um instrumento para fiscalizar os contribuintes que declaram renda incompatível com os gastos que realizam. Trata-se da Instrução Normativa nº 341, publicada no Diário Oficial da União em 16 de julho de 2003. Esta Instrução Normativa instituiu a Declaração de Operações com Cartões de Crédito (DECRED), que está sendo prestada semestralmente pelas administradoras de cartão de crédito sob pena de elevadas multas. Por meio desta Declaração, as administradoras de cartão de crédito informam

as operações com cartão de crédito cujo montante global mensal exceda R\$ 5.000,00 para as pessoas físicas e R\$ 10.000,00 para as pessoas jurídicas. O valor declarado é aquele efetivamente pago pelo cliente à administradora na fatura. Desse modo, se o cliente pessoa física ou pessoa jurídica, gastou R\$ 5.000,00 ou R\$ 10.000,00, respectivamente, em um determinado mês, mas pagou uma fatura, menor, não haverá o repasse da informação à Receita. □

Obrigatoriedade da Nota Fiscal Eletrônica

► Que empresas estão incluídas na obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal Eletrônica?

DPC | GBRASIL RESPONDE – Protocolos ICMS nºs 10/2007 e 42/2009 estabelecem os setores obrigados ao uso da NF-e e o cronograma para implantação. A obrigatoriedade se aplica a todas as operações efetuadas em todos os estabelecimentos dos contribuintes, ficando vedada a emissão de Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas na legislação.

Base legal: Protocolo ICMS nº 10/2007; Protocolo ICMS nº 42/2009. □

Consulte o GBrasil: consultoria@gbrasilcontabilidade.com.br

Informações comerciais: 0800 645 4004 - www.dominiosistemas.com.br

Satisfação multiplicada por 3. E dividida por 243.

Domínio Sistemas: 3 vezes eleita uma das melhores empresas do Brasil para trabalhar. Mais uma conquista dos seus 243 colaboradores. Resultado que comprova a sua preocupação em sempre promover o crescimento e a satisfação de seus clientes, parceiros e colaboradores.



dominio
sistemas

A sua melhor escolha

BRASIL NA ROTA DOS CRUZEIROS MARÍTIMOS

Navios de cruzeiro alcançam a costa brasileira como destino promissor e estimulam investimentos em portos turísticos, considerados geradores de oportunidades para empresas, governos e cidades

POR LEANDRO RODRIGUEZ

O Brasil tem nova oportunidade nos mares. Privilegiado pela extensa costa e favorecido pelo aumento do consumo de produtos e serviços de luxo, além do maior poder de compra da classe média, o País entra definitivamente na rota internacional dos grandes cruzeiros marítimos. Em agosto, a norte-americana Royal Caribbean, uma das empresas líderes do setor no mundo com lucro de US\$ 160 milhões em 2008, escolheu São Paulo para sede de seu primeiro escritório de representação na América Latina. A decisão sinaliza a aposta inequívoca pelo mercado interno, assim como o interesse de companhias estrangeiras em desembarcar em mercados emergentes para contornar a queda do número de passageiros provocada pela crise financeira global.

Para tirar proveito dessa estratégia, no entanto, será preciso oferecer infraestrutura à altura. Nesse ponto, a costa brasileira perde atrativos em relação a outros países. Um futuro promissor desse tipo de turismo depende da oferta de instalações habilitadas para receber tanto embarcações de grande porte quanto turistas acostumados a um atendimento diferenciado e dispostos a deixar dinheiro nos destinos turísticos. Na temporada 2008/2009, segundo a Associação Brasileira de Representantes de Empresas Marítimas (Abremar), 738 escalas foram realizadas no País, frente a 415 em 2007/2008. No mesmo período, o número de passageiros estrangeiros cresceu de 268,1 mil para 347,1 mil, com US\$ 356,5 milhões gastos em consumo dentro e fora dos navios. Foram arrecadados na última temporada, US\$ 34 milhões em impostos e revertidos US\$ 37 milhões em comissões para agen-



tes de viagens. Para 2009/2010 a expectativa é de receber mais de 500 mil passageiros.

De olho na Copa do Mundo de 2014

“Todo o negócio turístico é beneficiado em escala geométrica, pois as pessoas costumam se deslocar por terra, em vans, ônibus e veículos alugados, compram lembranças, fazem passeios complementares, visitam locais históricos e parques temáticos e se alimentam em

restaurantes, além de outras atividades”, destaca Cláudio Brasil do Amaral, sócio-diretor de Marinas do Brasil Consultoria & Associados, especializada em estudos de viabilidade de projetos de estruturas náuticas. Para o executivo, o País precisa implantar uma rede de portos turísticos na costa e em rios navegáveis com estrutura para receber navios de cruzeiro, atendendo à navegação de longo curso e de cabotagem. Desse modo, poderia registrar aumento de divisas, de tributação e de benefícios sociais.

A Copa do Mundo de 2014 está sendo considerada um estímulo para acelerar as ações. Em audiência pública da Subcomissão Permanente de Fiscalização dos Gastos Públicos



com o evento mundial, realizada em agosto, em Brasília, Ricardo Amaral, presidente da Abremar, disse que apenas seis portos nacionais, dos mais de 40 em operação, acomodam grandes embarcações – entre eles, o do Rio de Janeiro está adaptado, apesar de não ser considerado turístico exclusivamente. Se essa limitação perdurar, serão desperdiçadas as vantagens de hospedar torcedores nos próprios navios e cruzeiros durante a competição

de futebol. O governo federal percebe a importância dos portos turísticos, e mantém um Grupo de Trabalho Náutico no Ministério do Turismo (MTur), envolvendo outras pastas da administração, agências reguladoras, secretarias e órgãos ambientais.

“Interessa promover a sustentabilidade dessas instalações e incentivar o turismo náutico. No caso da Copa do Mundo, não é interessante criar novos hotéis em função desse único evento. Por isso, os portos turísticos estão contemplados nos projetos nacionais de infraestrutura e nos planos para 2014”, garante Ricardo Martini Moesch, diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico do MTur.

Porto turístico em Santa Catarina

Na iniciativa privada, alguns projetos apontam para uma retomada do transporte náutico como alternativa à aviação e às rodovias. Santa Catarina lidera esse movimento com a proposta de um porto inovador exclusivo para o turismo. “O conceito segue a regra de que um porto turístico deve operar o mais longe possível de estaleiros, armazéns de cargas e fábricas. A logística também é fundamental, para que os passageiros tenham rápido acesso aos pontos de interesse, razão pela qual a integração com outros modais, como o rodoviário, aquaviário e o ferroviário, é fundamental”, explica Ernesto São Thiago, sócio do Porto Turístico Internacional de Santa Catarina e presidente da Associação Catarinense de Marinas, Garagens Náuticas e Afins (Acatmar).

À frente do novo empreendimento, que deve contar com aporte de 60 milhões de euros de capital privado estrangeiro, Thiago destaca o objetivo de que o turista, ao chegar, se sinta confortável durante as operações de embarque e desembarque, podendo passar várias horas no porto – pensado para atrair também moradores locais e turistas não passageiros dos navios em trânsito. Além de outras facilidades, estão previstas uma marina pública com vagas molhadas, oceanário, museu da maricultura, escola de vela, bares, restaurantes e centro de eventos e anfiteatro. Pelas características diferenciadas, devem ser construídos ainda cinemas, hotéis e galeria de arte.

“Um equipamento turístico com potencial para produzir um fluxo de turistas superior a 700 mil pessoas por ano gerará postos de trabalho em sua área de influência em praticamente todos os setores da economia regional.



Projeto do porto Turístico Internacional de Santa Catarina com inauguração prevista para a Copa do Mundo de 2014: 60 milhões de euros de investimentos privado estrangeiro



Além disso, o mercado brasileiro de cruzeiros é o que mais cresce no mundo. Eles caíram no gosto dos brasileiros, o que contribuiu para o crescimento do segmento de 623% em oito anos”, destaca. Na atualidade, a cidade de São José tem a dianteira na disputa pelo porto, com inauguração prevista para a época do mundial de futebol. A expectativa é de que o de Santa Catarina mantenha rotas regulares com Buenos Aires, Santos e Rio de Janeiro, além de absorver parte do mercado formado pelos demais Estados do Sul do País, Paraguai, Argentina e Uruguai.

No setor, a percepção dominante é de que o País tem grande potencial. Em Búzios (RJ), o

Porto Veleiro, adaptado para receber turistas, tem fluxo de 95% de viajantes brasileiros de classe média, provenientes na maioria de São Paulo e Minas Gerais, que movimentam cerca de R\$ 30 milhões por temporada. “Um passageiro numa escala de 8 a 10 horas de duração, se recepcionado de forma organizada e profissional, gasta por dia nas cidades de destino mais de R\$ 150,00 diários e retorna posteriormente por meios próprios, com a intenção de conhecer melhor a região, recorrendo à rede hoteleira”, diz Carlos Eduardo Bueno Netto, presidente da Associação Brasileira de Terminais de Cruzeiros Marítimos (Brasilcruise).

Possíveis novos portos turísticos

Entre outras possibilidades cogitadas, Porto Belo (SC), Ilhabela (SP), Morro de São Paulo (BA), Ilha Grande e Angra dos Reis (RJ) e Fernando de Noronha (PE) poderiam se converter em pontos de parada de cruzeiros. O maior desafio, no entanto, é administrar a sazonalidade – uma rede de portos turísticos de pouca atividade gera perdas, prejudicando os negócios. “A temporada de cruzeiros no País já contribui muito para quebrar a sazonalidade. Ela se estende ao longo de oito meses, entre outubro e maio, enquanto a temporada de verão se concentra basicamente dos últimos dias de dezembro até meados de fevereiro. A tendência é de que, em breve, tenhamos alguns navios de cruzeiro o ano todo sediados na costa brasileira”, complementa Thiago.

Além de uma maior disponibilidade de recursos, o impasse entre agentes do setor é apontado como uma dificuldade, em parte devido à pouca experiência de empresas, governos e empresários com o tema. Para Amaral, os critérios que norteiam os portos turísticos no Brasil têm sido uma mistura de oportunismo, políticas locais, conflitos entre a autoridade portuária e as administrações municipais ou estaduais e falta de conhecimento técnico. “A concepção de um porto turístico

nacional carece de prática e planejamento no *waterfront*, uma vez que o porto em si não é um equipamento isolado, mas um produto ao qual se somam vários outros, criando um complexo de atividades afins e que atendem a muitas demandas”, conclui.

A sustentabilidade das atividades, tanto ambiental quanto financeira, também preocupa. O potencial brasileiro não deve ser confundido com um modismo, advertem os profissionais consultados, sob o risco de o turismo marítimo voltar a ocupar posição secundária no planejamento público e da iniciativa privada. “A cadeia de suprimento global dos cruzeiros marítimos chega a bilhões de dólares por ano. Para participar dela, é necessário ser competitivo em preço e qualidade”, adverte Thiago.

Investimentos estrangeiros no setor de logística

Os portos são aglutinadores de investimentos estrangeiros. Em agosto, a Dubai Ports World (DPW), uma das maiores operadoras de lo-

gística do mundo, anunciou parceria com a representação de investimentos da construtora Odebrecht para compra do controle da Embraport, que detém os direitos de exploração de um dos maiores terminais do País, em construção na margem esquerda do porto de Santos. A operação garantirá aos dois grupos uma participação de 51,1% no empreendimento – embora o valor negociado não tenha sido revelado, a construção do equipamento exigirá investimento de R\$ 1 bilhão.

“Esta é uma oportunidade única para entrar na maior economia da América Latina e estabelecer uma posição forte na costa Leste, aproveitando a rede que já temos na região para expandir a oferta a nossos clientes”, declarou Mohammed Sharaf, diretor executivo de DPW. O investimento, realizado por uma companhia que administra 49 terminais na atualidade, além da construção de 13 novos empreendimentos, em 32 países, reforça a imagem internacional do Brasil como mercado de interesse para o setor marítimo. □

TEMPORADA 2009/2010 TERÁ 19 NAVIOS NA COSTA BRASILEIRA

Serão cerca de 1.200.000 leitos ofertados por 19 navios sob a coordenação de cinco operadoras. A estimativa é transportar meio milhão de passageiros na temporada que inicia neste mês de outubro e vai até maio de 2010. Os destinos vão das praias do Nordeste como Recife, Fortaleza, Natal, Fernando de Noronha, Salvador, Ilhéus a praias do Sudeste como Búzios, Cabo Frio, Rio de Janeiro, Santos, Ilhabela e, do Sul, como Florianópolis e Itajaí

Operadora: MSC Cruzeiros

- MSC Harmonia
- MSC Lírica
- MSC Melody
- MSC Música
- MSC Ópera
- MSC Orchestra

Operadora: CVC

- CVC Imperatriz dos Mares –
- Orient Queen
- CVC Soberano dos Mares
- CVC Zenith
- Grand Amazon

Operadora: Royal Caribbean

- Splendour of the Seas
- Vision of the Seas

Operadora: Costa Cruzeiros

- Costa Concordia
- Costa Magica
- Costa Victória

Operadora: Ibero

- Grand Mistral
- Grand Voyager
- Grand Celebration



Fonte: Guia de Cruzeiros 2009-2010 - Editora Europa (11) 3038-5050

A TRIBUTAÇÃO DAS CLÍNICAS MÉDICAS

Nas fiscalizações da Receita Federal do Brasil nas clínicas médicas, os fiscais já estão solicitando a separação entre as receitas da atividade entendida como hospitalar e as provenientes de consultas médicas

POR NILTON JOEL GÖEDERT

Não é de hoje que as clínicas médicas vêm discutindo, na esfera administrativa e judicial, a abrangência da expressão “serviços hospitalares”, já que os prestadores desses serviços possuem uma carga tributária inferior. A economia é significativa, considerando a redução das bases de cálculo, que no caso do IRPJ diminui de 32% para 8% e da CSLL, de 32% para 12% sobre a receita.

A tributação diferenciada para os prestadores de serviços hospitalares foi determinada pela Lei nº. 9.249/95, sem estabelecer o que seria “serviço hospitalar”. Diante das divergências na interpretação desse conceito entre contribuintes e fisco, foram editadas diversas normas, através de instruções normativas, na tentativa de regulamentar o assunto. Além da falta de clareza das normas editadas, existem ainda diversas decisões judiciais contraditórias, dando tratamentos diferentes para pessoas equiparadas.

Publicada em 2008, a Lei 11.727, em seu artigo 29, ampliou as atividades da área da saúde que podem se beneficiar da redução da carga tributária, incluindo na lista os serviços de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas. A Lei, porém, condicionou esse benefício aos prestadores que estejam constituídos sob forma de sociedade empresária e atendam às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

Nas recentes decisões judiciais – já baseadas na Lei 11.727/08 – os ministros do STJ têm



interpretado o conceito de serviços hospitalares como aqueles vinculados às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente a promoção da saúde, em regra, mas não necessariamente prestados no interior do estabelecimento hospitalar, excluídas as consultas médicas. Ou seja, os serviços prestados pelas clínicas médicas estão sendo considerados como hospitalares desde que seja segregado da receita o valor proveniente das consultas médicas. Atualmente, nas fiscalizações realiza-

das pela Receita Federal do Brasil nas clínicas médicas – que dispõem de solução de consulta favorável formalizada ao órgão competente – os fiscais já estão solicitando a separação entre as receitas da atividade entendida como hospitalar e a proveniente de consultas médicas.

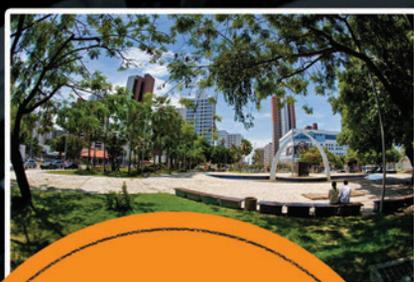
A segurança jurídica do contribuinte reside na apuração precisa de sua atividade e pode ser respaldada por meio de consulta à Receita Federal do Brasil, solicitando a análise e confirmação dos percentuais utilizados para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, ou através de ação judicial.

Devido à complexidade do assunto e às mudanças constantes nas interpretações, devemos tomar cuidado com publicações sem embasamento legal, veiculadas em jornais e revistas, que tornam tudo muito simples e fácil. É recomendável a orientação de uma assessoria jurídica e contábil para não tomar nenhuma medida que possa gerar um passivo tributário no futuro. □

NILTON JOEL GÖEDERT é especialista em Contabilidade Gerencial e Custos e sócio da RG Contadores|GBrasil, de Florianópolis-SC

PRAÇA PORTUGAL

Um livro sobre a saga de um povo lusocearense e de uma praça de muitas histórias.



"Descreve a saga dos portugueses que revivem suas tradições e sonhos e empreendem, inclusive nos setores em que o Ceará encontra vantagens competitivas, como as energias renováveis, o turismo e o agronegócio"

Rômulo Alexandre Soares
CCPCB



"A Praça Portugal é a celebração da necessidade de sempre navegar em busca de dias melhores e compartilhamentos entre povos"

Luizianne Lins
Prefeita de Fortaleza



"Belíssimas fotos que levam o leitor em uma viagem pelo tempo e pelo espaço, mostrando a saga dos portugueses e a coragem sem limites desse povo para o qual as fronteiras não existem"

Dário Castro Alves
Ex-Embaixador do Brasil em Portugal



PRAÇA PORTUGAL

UM LAÇO ENTRE PORTUGAL E O CEARÁ



À venda na Câmara Brasil Portugal | CE

Av. Barão de Studart, 1980 2º Andar - Ed. Casa da Indústria - FIEC
Cep: 60.120-901 - Fortaleza - Ceará - Brasil

Fone: +55 85-3261.7423 | E-mail - secretariace@brasilportugal.org.br
www.brasilportugal.org.br/ce

Realização



Câmara Brasil-Portugal | CE
Comércio - Indústria - Turismo



Conselho das
Câmaras Portuguesas
de Comércio no Brasil

DINHEIRO DE PLÁSTICO EM ALTA E SOB A MIRA DO GOVERNO

Crescimento vertiginoso das operações com cartão de débito e crédito reforça a necessidade de regulação do mercado do dinheiro de plástico, que movimentava R\$ 389 bilhões/ano; 90% desse negócio está nas mãos de Visa e Mastercard

POR BEATRIZ LEVISCHI E CAROLINA COSTA

Fotos: Paulo Pempolin - Hype Fotografia



O dinheiro de plástico acaba de completar 60 anos. Em um mundo onde a tecnologia tem prazo de validade cada vez mais curto, uma inovação sexagenária que ainda mantenha o fôlego dos anos de ouro parece algo digno de nota. E é. Criado por um executivo americano que esqueceu a carteira em casa e quase precisou lavar pratos em um luxuoso restaurante, o cartão se tornou tão imprescindível que o encaramos como se sempre houvesse existido.

Munido de uma combinação de quatro a seis números, hoje se pode pagar quase qualquer coisa com um pedaço de plástico dotado de tarjeta magnética e chip. Em poucos minutos, o combustível, o medicamento, a conta do restaurante, a revista na banca, a compra no supermercado, o sapato, a viagem de férias ou até o carro do comercial da TV se transformam em alguns dígitos a menos na conta corrente. Limpo, rápido, prático e, o melhor, seguro. Essa conveniência trouxe um mercado de operadores envolvendo bancos, credenciadores de lojas e donos das bandeiras ávidos pelos lucros e com um crescimento médio de 20% ao ano.

Por trás desses índices cada vez mais expressivos de transações, porém, está um mercado concentrado em duas empresas, a Visa e a Mastercard, responsáveis por gerir mais de 90% desse negócio. Com suas maquininhas, o Brasil movimentava anualmente cerca de R\$ 389 bilhões — dos quais R\$ 112,3 bilhões são só na função de débito. E isso a

EMIÇÃO DE CARTÕES NO BRASIL

Ano	Débito*	Crédito*	Transações em débito**
2000	48	29	10,1
2001	64	38	15,9
2002	82	42	20,8
2003	105	45	27,5
2004	138	53	42,1
2005	171	68	55,6
2006	187	82	66,5
2007	201	104	84,9
2008	217	124	112,3
2009***	227	133	68,9

*em milhões de unidades

**em bilhões de reais

***valores até julho de 2009

Fonte: Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (Abecs)



De cada 10 pagamentos no Brasil...

- 6 são feitos em dinheiro
- 1 com cartão de débito
- 1 com cartão de crédito
- 0,8 em cheque
- 1,2 outras formas

No Brasil, há 2 cartões de débito ou crédito para cada habitante. Nos Estados Unidos, a média sobe para 6 per capita. E a tendência é esse numero aumentar rapidamente

Até 2012, estima-se que 600 milhões de cartões circularão nas mãos do brasileiro, o que dará uma média de mais de 3 cartões por habitante

um custo considerado salgado pelos lojistas.

A credenciadoras dos estabelecimentos comerciais Visanet (bandeira Visa) cobra entre R\$ 39 e R\$ 135 pelo aluguel do equipamento, dependendo da tecnologia utilizada. Já a Redecard (bandeira Mastercard) pratica preços que variam de R\$ 62 a R\$ 120. A taxa sobre as transações, por sua vez, leva em consideração o tamanho da empresa e o segmento em que ela atua. A taxa de desconto média cobrada pela Visa fica entre 2,5% e 4,9%, enquanto a Redecard informa a média de 1,5% sobre o valor das transações de débito. De acordo com elas, o estabelecimento demora no máximo 24 horas para receber o dinheiro.

O preço da conveniência

Sobral Júnior, dono de 27 postos de gasolina no Ceará, engorda mensalmente o cofrinho da Redecard em R\$ 86 e o da VisaNet em R\$ 110 para cada um dos terminais que aluga — fora as taxas de 1,8% e 1,5%, respectivamente, que cada passadinha de cartão lhe toma. “São tarifas absurdas, porque falamos de centenas de operações diárias e risco zero para as operadoras. Elas não deveriam passar de 0,8%”, reclama.

Apesar de os valores cobrados do empresário estarem abaixo da média, o setor de

combustíveis é o que apresenta uma das menores margens de lucro. Segundo a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes, o custo para oferecer ao cliente a opção de débito consome entre 20% e 25% do total dos lucros do estabelecimento. Isso explica por que muitas lojas estipulam um valor mínimo para compras que não sejam em cheque ou dinheiro — despertando a ira de alguns clientes e de muitos juristas, que veem na prática uma violação do Código de Defesa do Consumidor.

Pensando em equilibrar essa relação, o Banco Central (Bacen) está tentando regular as transações eletrônicas. Em abril deste ano, a instituição divulgou um relatório condenando justamente a concentração de 90% do mercado nas mãos da Visa e Mastercard. Para se ter uma ideia da importância de uma fiscalização nesse nicho, no ano passado, pela primeira vez na história do dinheiro de plástico no Brasil, o número de compras feitas com cartão de débito superou o das realizadas com a função de crédito.

“O relatório recebeu 57 manifestações, entre mensagens de apoio, elogios e reclamações diversas, e uma proposta dos representantes da indústria de cartões contendo ações a serem desenvolvidas”, conta José Antônio

VANTAGENS E DESVANTAGENS DAS COMPRAS COM CARTÃO DE DÉBITO



Clientes		Estabelecimentos	
Prós	Contras	Prós	Contras
<ul style="list-style-type: none"> - praticidade - rapidez - segurança - possibilidade de parcelamento das compras 	<ul style="list-style-type: none"> - valor das taxas embutido no preço da mercadoria - dificuldade em negociar descontos nos produtos 	<ul style="list-style-type: none"> - segurança nas transações - aumento no volume de vendas - não há inadimplência 	<ul style="list-style-type: none"> - tarifas consideradas abusivas - 1 dia de diferença entre a compra e o repasse pela operadora - taxas de locação dos terminais de débito

Marciano, chefe do Departamento de Operações Bancárias e do Sistema de Pagamentos do Bacen. A versão final do documento e a avaliação das ações ainda não tinha sido levada a público até o fechamento desta edição da GESTÃO. Porém, as equipes técnicas do Banco Central do Brasil (BC), da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE) e da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae) anunciaram em 1º de outubro que encaminhariam ao governo um conjunto de medidas a ser adotado no sentido de atender às recomendações do estudo.

Entre estas orientações estariam a necessidade de abrir a atividade de credenciamento, hoje centradas em duas operadoras – Redecard e Visanet –, e a maior interação das redes, permitindo o uso de um terminal único de captura de transações. A intenção dos órgãos reguladores é favorecer a adoção de medidas que aumentem a concorrência e a transparência na indústria de cartões de pagamento no Brasil, com melhoria de governança, no deta-

lhamento de informações e de maior eficiência entre os operadores do setor.

As vantagens trazidas pelos cartões de débito

Transações com cartão de débito são simples e livres de burocracia, proporcionando mais comodidade e segurança para as empresas. O pagamento cai direto na conta corrente do proprietário, reduzindo o índice de inadimplência e os custos com transferências de valores e compensação de cheques, por exemplo.

“Esses fatores geram tranquilidade para os estabelecimentos e novas oportunidades de negócios”, garante Henrique Capdeville, diretor de Planejamento e Estratégia da Redecard. Felipe Maffei, diretor de Produtos da Visa do Brasil, lembra que as empresas também são beneficiadas com os serviços agregados ao produto, como a possibilidade de oferecer aos clientes o parcelamento de suas compras.

Outra vantagem para os estabelecimentos é permitir o uso da função de débito para sacar até R\$ 100 — um serviço ainda pouco divulgado. Com isso, os empresários esvaziam

o caixa a custo zero e evitam as despesas de se contratar um carro-forte para transportar o montante arrecadado no dia.

O relatório do Banco Central, com base em pesquisa, mostra que 70% dos comerciantes consideram o cartão uma ferramenta importante de alavancagem de vendas e, ainda, 96% deles avaliam o sistema como um meio mais seguro do que o cheque. Porém, estes mesmos comerciantes não consideram justas as taxas cobradas dos estabelecimentos (62%). Entre as sugestões dos lojistas para a melhoria da relação com os credenciadores estão a redução das taxas de desconto sobre as transações e a eliminação do aluguel das “maquininhas”.

Segundo o chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio, Carlos Thadeu de Freitas, as lojas menores pagam taxas mais altas e, as grandes, por terem maior capacidade de negociação junto às credenciadoras, conseguem índices mais competitivos.

Experiência internacional

A discussão sobre a indústria de cartões de débito e crédito não ocorre apenas no Brasil. Uma análise trazida no relatório do BC do

que ocorre no Reino Unido, Austrália, Chile, Holanda e México, mostra que a concentração das operações gerando baixa competitividade, preços fixados livremente e lucros extraordinários tem se repetido nesses países, provocando reclamações de consumidores e concorrentes.

O principal da experiência internacional é que os governos agiram e continuam agindo – gerando regras e condicionando multas, algumas delas bilionárias aos operadores do mercado – donos das bandeiras, bancos emissores dos cartões e credenciadores de estabelecimentos comerciais. No vizinho Chile, por exemplo, a operadora Transbank e os bancos a ela associados, sofreram multa por prática de cartel de preços. No México, sob acusação de lucratividade excessiva, a associação dos bancos reduziu voluntariamente suas tarifas.

À parte a elemental defesa dos operadores e o chororô dos comerciantes, a verdade é que o dinheiro de plástico já passou pelo crivo mais importante: o do cliente. E será ele o responsável por dar aos cartões de débito e crédito uma vida ainda mais longa. □

Manaus: você não sabe de tudo sobre ela



CONTABILIDADE

Gestão Contábil
Gestão Trabalhista e Previdenciária
Gestão de Tributos
Abertura e Encerramento de Empresas
Assessoria Contábil, Fiscal e Trabalhista



Manaus tem Zona Franca, Porto do Rio Negro, Teatro Amazonas, Ecoturismo, Tambaqui, Açaí ... Mas o que muito empreendedor ainda não sabe é que esta capital, com 2 milhões de habitantes, 6º maior PIB no Brasil e o maior centro financeiro da região Norte, abrigará também a Copa do Mundo em 2014 e está aportando investimentos significativos para receber turistas do mundo inteiro. E a **DHC Contabilidade** tem orgulho em trabalhar para muitos destes empreendimentos no Estado, ajudando-os a entender os caminhos que levam até o Amazonas.

CHILE: UMA PLATAFORMA DE EXPORTAÇÃO PARA O BRASIL

Ações de aproximação comercial entre os dois países apontam para uma produção industrial compartilhada e a escolha do Chile como ponte para a exportação, com vantagens logísticas e comerciais

Vontades políticas de lideranças chilenas e brasileiras estão convergindo para uma parceria comercial ampla e duradoura entre os dois países latinoamericanos com foco nas exportações para outros continentes. A onda promissora teve início há dois anos, com um acordo firmado pelos chefes de Estado e as instituições empresariais Fiesp e Sofofa (Sociedade de Fomento Fabril do Chile). A estratégia comercial vem sendo difundida com vigor este ano e abraçada até mesmo como saída para driblar a crise econômica internacional. Em um dos vários encontros promovidos entre lideranças empresariais

dos dois países nos últimos meses, Herman von Muhlenbrock, do Conselho Empresarial Chile-Brasil, sustentou que o livre comércio é uma condição essencial para enfrentar e superar a tormenta. “É importante que os governos evitem a todo custo, a tentação de buscar a solução para a crise através de medidas protecionistas”, salientou.

Em visita ao Brasil, em julho, cuja pauta principal foi o fluxo comercial entre os dois países, a presidente do Chile, Michelle Bachelet falou da necessidade de intensificar o comércio bilateral. “Vamos construir uma nova aliança Brasil-Chile, e criar uma plataforma



Michelle Bachelet, em visita ao Brasil, em julho, ao lado do presidente Lula: “Vamos construir uma nova aliança Brasil-Chile, e criar uma plataforma comercial eficiente”

comercial eficiente”, conclamou a líder chilena..O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, invocou o empresariado a investir no Chile e classificou os investimentos brasileiros no país vizinho como uma “verguenza”. Citou que a cada US\$ 4,00 investidos pelo Chile no Brasil, há apenas U\$ 1,00 de dinheiro brasileiro investido em território chileno.

A depender do estímulo oficial, esta estatística tende a mudar. O fato é que o Chile dispõe de cerca de 20 acordos bilaterais de livre comércio com 56 países, muitos deles com os quais o Brasil não tem obtido tanto sucesso em suas negociações. Segundo Welber Barral, secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio (MDIC), alguns mercados desenvolvidos “querem a negociação sem incluir a agricultura, o que não é aceitável por ser um dos itens em que o Brasil é mais competitivo”. E com os países em desenvolvimento, “há o temor com relação ao tamanho e à competitividade da indústria brasileira”, afirmou.

Essa dificuldade nas negociações abriria, assim, espaço para o Brasil aumentar suas estratégias de internacionalização de empresas. “A mais eficiente seria a utilização do Chile como plataforma de exportação, com vantagens logísticas e comerciais”, analisa o secretário.

Diferencial competitivo

De olho nas vantagens negociais dos tratados de livre comércio, os incentivos fiscais ofertados pelo governo do Chile às empresas que querem ali investir e a facilidade logística do país para o escoamento da produção, as empresas brasileiras poderiam assim, criar em território chileno um braço produtivo e de exportação. “Para aproveitar a oportunidade, porém, é necessário agregar valor produtivo local, em alguns casos com mudança de classificação tarifária de produtos”, adverte Welber Barral.

Para Ricardo Martins, diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp (Derex/Fiesp), o Chile representa a melhor opção na América Latina para as empresas brasileiras que querem buscar sua internacionalização e novos mercados para seus produtos contando com preços competitivos. “O Chile está próximo do Brasil, possui facilidades logísticas e tarifa zero de imposto de importação para vender seus produtos em vários países da Europa e, ainda, Estados



Ricardo Martins, diretor do Departamento de Comércio Exterior da Fiesp: Chile é a melhor opção na América Latina para a internacionalização das empresas brasileiras

SIMULAÇÃO DE INTEGRAÇÃO DE CADEIAS PRODUTIVAS

Calças de algodão

-  Brasil exporta hoje - US\$ 7 milhões
-  Chile exporta hoje - US\$ 35 milhões
-  China importa - US\$ 112,2 milhões (existe mercado!)

Brasil exportando calças de algodão para China:



Com integração de cadeia produtiva:



FONTE: Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp (Derex/Fiesp)

Unidos, Canadá e México”, observa Martins.

Isso significa que um produto brasileiro chega hoje a esses mercados, em média, 15% mais caros. “Conseguir uma diminuição dessa tarifa significa tornar o preço mais competitivo e amenizar a questão da valorização cambial do real frente ao dólar, que vem fazendo o empresário brasileiro perder mercado lá fora”, explica o diretor da Fiesp.

Viabilização da plataforma Chile

Para viabilizar essa estratégia, no entanto, os produtos brasileiros deverão ser nacionalizados chilenos, tendo seu processo final de fabricação executado no Chile. Um dos exemplos apontados pela Fiesp/Derex que se mostram viáveis é a produção de calças “jeans”. O Brasil hoje é o segundo maior produtor do tecido (denim), mas não consegue exportar o produto acabado devido à baixa competitividade do preço final. Com investimentos em unidade fabril no Chile, o produto seria, dessa forma, viabilizado. “Não significa que estaríamos desindustrializando o Brasil ou promovendo diminuição de postos de trabalho, mas sim desenvolvendo mercados potenciais que até agora não estavam sendo explorados pelos empresários brasileiros”, adverte Martins.

Em consonância com esta estratégia, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - Abdi vem identificando setores com vocação para a integração produtiva. Alguns estudos apresentados por analistas chilenos apontam oportunidade de “encadeamento produtivo” desde a indústria de sucos naturais de fruta, macarrão, jóias, perfumes, cosméticos, confecção de roupas e calçados, móveis de madeira, até papel, sistemas automotivos e bens de capital.

O Derex/Fiesp possui hoje cinco projetos, prevendo a implantação de unidades produtivas brasileiras no Chile. Em fase final de estruturação, esse projetos de internacionalização contemplam setores de metalurgia, siderurgia, alimentos e vestuário.

Um país aberto ao investimento externo

Levantamento da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - Apex mostra que o Chile possui uma economia extremamente aberta e estável, com mecanismos jurídicos claros, proporcionando um ambiente de negócios transparente. Para se ter idéia do nível de liberdade econômica chilena, a constituição garante ao investidor estrangeiro tra-



PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES CHILENAS

EM MILHÕES US\$ | 2008

China	9.374,31
Estados Unidos	7.793,54
Japão	7.230,91
Holanda	4.242,55
Brasil	4.164,54
Coreia do Sul	3.881,41
Itália	3.404,12
França	2.277,47
México	2.217,85
Espanha	1.885,78

Fonte: Legal Publishing Chile

PAÍSES COM OS QUAIS O CHILE POSSUI ACORDOS COMERCIAIS, PERMITINDO EXPORTAÇÕES COM TARIFAS REDUZIDAS

PAÍS	REDUÇÃO
Comunidade Andina	89,2%
México	99,9%
Estados Unidos	93,8%
Canadá	100%
Nafta	98,7%
Costa Rica	73,3%
El Salvador	86,5%
América Central	77,4%
Coreia	65,75%
União Européia	90,00%
China	85,7%
Índia	7,4%
Japão	25%

Fonte: Departamento de Accesos a Mercados/DIRECON/CHILE

tamento igual ao dos investidores nacionais, por parte do Estado e órgãos ligados à administração direta.

A este cenário econômico se unem outras vantagens tais como as baixas tarifas praticadas para produtos brasileiros, uma infraestrutura de telecomunicações bastante desenvolvida e um recente acordo de liberalização de serviços, que vem permitindo o tratamento igualitário entre os prestadores de serviços desses dois países.

Desafios do mercado chileno

Por outro lado, os investidores brasileiros terão que enfrentar alguns desafios na conquista desse mercado. No Chile, há grandes oligopólios em alguns setores, entre eles o varejista, o bancário e o de telecomunicações. A energia, que o Brasil é praticamente auto-suficiente, no Chile torna-se um desafio, pois a oferta depende de importação.

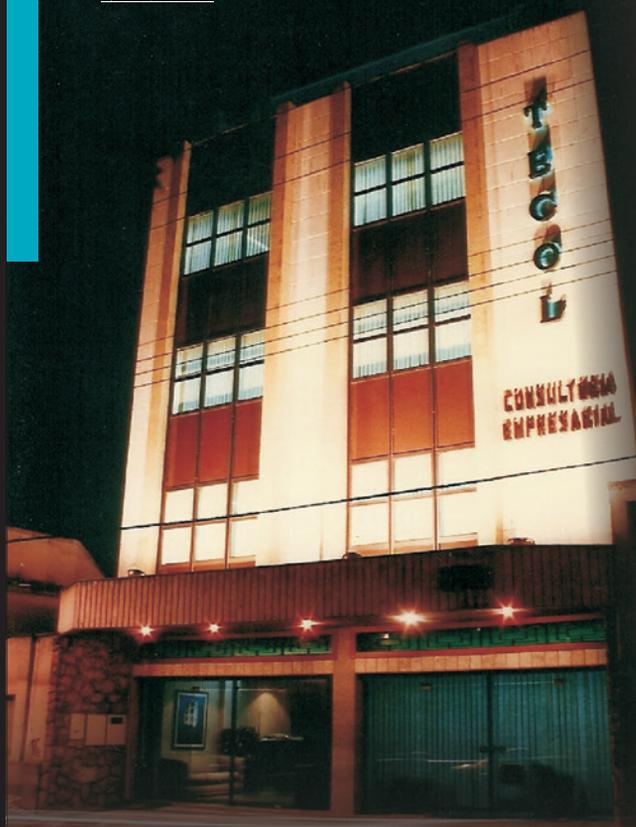
Outro ponto a ser medido são as barreiras não-tarifárias: produtos agropecuários, elétricos, cosméticos e veículos possuem algumas restrições comerciais ou precisam de certificações especiais que podem eventualmente

comprometer ou retardar alguns investimentos. Manuel González Ruiz, agente de aduanas no Chile, explica, por exemplo, que a importação dos produtos agropecuários requer autorização prévia do Servicio Agrícola y Ganadero, órgão do Ministerio de Agricultura chileno, que fiscaliza e controla o setor. Os produtos pecuários como a carne, leite e derivados, por sua vez, devem ter origem de indústrias fiscalizadas por este mesmo órgão.

Fluxo comercial Chile-Brasil

O Brasil é o terceiro maior fornecedor do Chile. Ele representa 9,34% das importações feitas pelo Chile em 2008. O volume comercial do Brasil fica atrás apenas da China, com 12,03%, e dos Estados Unidos, fornecedor absoluto com 19,37% do total das importações chilenas – em torno de US\$ 56,48 bilhões no ano passado. O saldo da balança comercial chilena em 2008 foi positivo em US\$ 13,1 bilhões. Seus principais compradores são a China, com 14,16%, os Estados Unidos, com 11,20% e o Japão, com 10,39%. O Brasil, aparece em quinto lugar, com 5,99% das exportações chilenas. □

Filiado a



Transformar sonhos em grandes negócios,
é a sua especialidade.

Ser seu ponto de apoio para realizá-los,
é a nossa.



UMA CIDADE PARA MENINOS

Na região metropolitana de Belo Horizonte, associação ergue uma cidade onde moram e estudam 1.600 jovens carentes

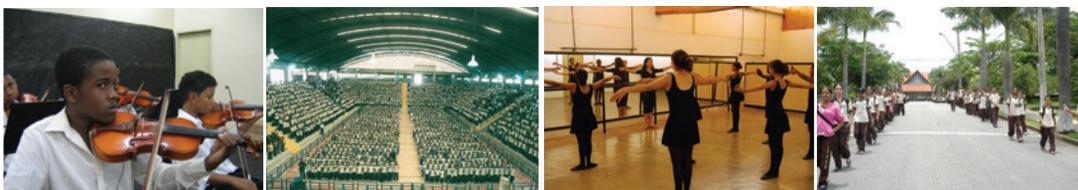
Ribeirão das Neves, município de 340 mil habitantes localizado na região metropolitana de Belo Horizonte, é mais conhecido como cidade dormitório de quem trabalha na capital mineira e também como sede dos principais presídios do Estado. Mas desde 1995, o município, classificado entre os mais pobres do País, tem ganhado outra referência na mente dos mineiros. Encontra-se ali uma cidade diferente, à margem da realidade dura que cerca muitas famílias de Neves. Neste oásis, erguido pela Associação Divina Providência, está a Cidade dos Meninos São Vicente de Paulo. Com 1,44 milhão de metros quadrados de área, a cidade abriga 1.600 crianças e adolescentes em 100 casas; cada uma delas regida por uma mãe ou pai social. São jovens que possuem famílias carentes e que encontraram no projeto da entidade uma forma de sair do risco social ao qual estão expostos. Ali, de segunda a sexta-feira, esses jovens moram, estudam, praticam esportes, se divertem e aprendem uma atividade profissional. No sábado pela manhã, eles voltam para suas casas e a seus pais verdadeiros, trazendo consigo a nova experiência educativa e social.

Por essa pequena cidade, circulam semanalmente muito mais jovens. São mais de 5 mil alunos, parte em regime de semi-internato – que passam o dia todo na escola e voltam para casa no final do dia – e os demais em horário escolar padrão. São 1.800 alunos no ensino fundamental, 1.900 no ensino médio, além de uma frequência variada nos cursos profissionalizantes de três meses de duração, oferecidos na cidade. Os alunos internos vivem em 100 casas construídas especialmente para este fim e que alojam 16 jovens em cada, sob a guarda de uma mãe ou pai social. Cada uma possui quatro quartos e uma suíte para a mãe social. São duas ruas destinadas aos meninos e duas ruas destinadas às meninas. “Não abrigamos crianças abandonadas”, explica Rosângela Ricoy, do Departamento de Comunicação da Associação de Promoção Humana Divina Providência. “Para este perfil, há instituições que cumprem essa função. Na Cidade dos Meninos, estão crianças e adolescentes sob risco social, mas que possuem família”, esclarece.

Sob a diretriz de proporcionar aos adolescentes um regime de ensino e convivência



Projeto engloba uma das várias atividades da Associação Divina Providência, em Minas Gerais, que atende crianças, adolescentes, adultos e idosos. À esquerda, vista aérea da Cidade dos Meninos, na Grande Belo Horizonte. Ao lado, aluno em oficina profissionalizante, academia de judô e uma das salas de aulas do ensino fundamental e médio oferecido na .CM.



A GIGANTE “CIDADE DOS MENINOS”

Estrutura física dá a dimensão do trabalho social em Ribeirão das Neves-MG

- 100 Casas da Juventude, com capacidade para 16 alunos cada
- 12 alojamentos com capacidade para 480 semi-internos
- Refeitório para 2.300 refeições simultâneas
- Escola de Ensino Fundamental (capacidade: 1.800 alunos)
- Escola de Ensino Médio (capacidade: 1.900 alunos)
- 6 Centros de Formação Profissional com 86 cursos e 14 galpões de oficinas profissionalizantes
- Conservatório de música com estúdio de gravação e 12 oficinas profissionalizantes
- Fazenda-escola com 121 hectares
- Auditório-teatro-cinema para duas mil pessoas
- Campo de futebol gramado
- Pista de atletismo com 330 m de perímetro
- Piscina olímpica com vestiários
- 37 quadras poli-esportivas, com sanitários
- Ginásio coberto com capacidade para cinco mil pessoas em jogos e seis mil em eventos
- Centro de preparação para educadores/ Centro de convenções
- 5 galpões para almoxarifado e produção de cestas básicas
- Centro de Saúde com 12 consultórios médicos, sete cadeiras odontológicas, ambulatório, farmácia e enfermaria para 16 leitos.
- Cozinha industrial
- 10 caldeirões de 300 litros à vapor para cozimento dos alimentos
- 8 câmaras frigoríficas
- Padaria para ensino profissionalizante e produção
- Restaurante-escola
- Lavanderia industrial
- 5 reservatórios de água com capacidade para 800 mil litros
- Igreja com capacidade para 900 pessoas
- Casa paroquial
- 6 alojamentos para 48 funcionários
- 2 casas para administradores
- Prédio para administração
- Centro comercial com 13 lojas

com “ociosidade zero”, os internos da Cidade dos Meninos têm seu tempo integralmente planejado, com horário programado para todas as atividades. Além das quatro horas diárias de ensino fundamental/médio, os jovens dividem o tempo com ensino profissionalizante, aulas de reforço e de produção das tarefas escolares com consulta à biblioteca, práticas esportivas, artística ou musical, aulas de formação moral e humana, atividades na comunidade e recreação.

“O objetivo da Cidade dos Meninos é preparar cidadãos capazes de interagir positivamente na sociedade por meio da educação. Esse é o caminho para que, no futuro, os jovens sejam capazes de gerar a própria renda, longe da marginalidade, do crime, das drogas e da violência. Para que isso aconteça, é necessário impor limites, orientar e acompanhar. Todas as atividades na Cidade dos Meninos têm horário. As normas são iguais para todos”, relata Jairo Azevedo, presidente da Associação Divina Providência.

Origem da Cidade dos Meninos

O projeto Cidade dos Meninos nasceu sob a inspiração e condução do empresário Jairo Azevedo, um ativista católico de 72 anos, pai de 8 filhos naturais e 3 enteados. De origem humilde, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, Jairo sentiu de perto, quando jovem, o drama vivido pela maioria dos internos da Cidade dos Meninos. Hoje, junto aos irmãos, dirige uma empresa que produz e comercializa relógios e jóias. Porém, é nos projetos sociais

da Associação Divina Providência que o empresário dedica a maior parte de seu tempo. Sua rotina inicia às 6h30 da manhã e finaliza ao pôr do sol, dividida entre a parte administrativa, de captação de recursos, e execução dos projetos da entidade, que envolvem desde crianças e adolescentes até adultos e idosos em situação vulnerável.

O desafio maior de Jairo é captar recursos para manter suas obras sociais. Hoje, a Associação tem 16 mil pessoas contribuindo com os projetos. São cidadãos comuns e empresas que doam de R\$ 10,00 a R\$ 90 mil por mês. Cada um dos 1.600 jovens internos da Cidade dos Meninos custa um salário mínimo por mês. Neste valor não estão incluídas as despesas com ensino fundamental ou médio. Este é mantido pela Secretaria de Educação de Minas Gerais, por meio de convênio. Nesse sentido, a entidade desenvolve campanha de adoção de alunos junto a empresas e cidadãos comuns. “Mas nós recebemos qualquer valor como doação e também produtos e serviços que possam ser aplicados nos projetos”, informa a assessora de comunicação, Rosângela Ricoy.

Para o empresário contábil Mario Mateus, da Matur|GBrasil em Belo Horizonte, a Cidade dos Meninos é um exemplo de projeto do terceiro setor que consegue transformar efetiva e positivamente a realidade do jovem brasileiro. “Contribuímos financeiramente com a Associação porque acreditamos no trabalho que é desenvolvido ali”, afirma. □

SAIBA MAIS EM WWW.REDESOLIDARIEDADE.ORG.BR

Marpe Contadores recebe, em Fortaleza, o 32º Encontro GBrasil

Fotos: Carlos Eugênio



Fortaleza foi sede do 32º Encontro do Grupo Brasil de Empresas de Contabilidade, ocorrido em 30 de setembro e 1º de outubro, no Hotel Luzeiros, sob a coordenação da Marpe Contadores, associado GBrasil no Estado do Ceará.

O encontro semestral dos empresários que fazem parte da maior aliança de organizações contábeis no Brasil, recebeu alguns convidados especiais. Entre eles, o auditor fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda do Ceará, *Helder Andrade (foto 1)*, que falou sobre a nota fiscal eletrônica (e-NF) sob a ótica do fisco estadual. O auditor mostrou que o órgão estadual está devidamente aparelhado para a implantação da e-NF e respondeu a uma série de dúvidas dos empresários.

O Sistema Público de Escrituração Digital - SPED também foi tema de destaque, com a apresentação do empresário *Claudio Nasajon (foto 2)*, proprietário da Nasajon Sistemas, especializada em softwares de gestão empresarial, e professor de Planejamento de Negócios, na PUC-Rio. Nasajon fez uma explanação sobre os efeitos do SPED nas empresas em geral e também nas empresas de serviços contábeis, que passam a ter importante papel na implantação do sistema.

Jorge Cysne (foto 3), diretor da Fortes Informática, de-

envolvedora de software para as áreas contábil, administrativo-financeira, de gestão e de RH, apresentou aos empresários GBrasil, o portfólio de produtos da marca que apresentam sinergia com a atividade contábil e hoje estão presentes em quatro regiões do País: Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

Outras duas exposições feitas durante o 32º Encontro GBrasil tiveram especial destaque. *Luciana Uchôa (foto 4)*, diretora da Domingues e Pinho Contadores - DPC, associada GBrasil no Rio de Janeiro e em São Paulo, falou sobre as principais alterações promovidas pela Lei 11.638/07 e sobre o Regime Tributário de Transição - RTT e seus efeitos contábeis e fiscais. Luciana enfatizou a importância da adoção do RTT como medida de prevenção de efeitos tributários negativos.

Tânia Azevedo (foto 5), da Organização Silveira, de Salvador, contribuiu com a exibição de um projeto desenvolvido no Estado da Bahia que visa o preparo e o aprimoramento de recursos humanos para atender demandas específicas das empresas de serviços contábeis.

O próximo encontro GBrasil acontecerá em Florianópolis, Santa Catarina, nos dias 8 e 9 de março de 2010. A empresa anfitriã será a RG Contadores Associados, dirigida pelo contador Nilson Goedert.

Empresários GBrasil participam do V Encontro Empresarial Negócios na Língua Portuguesa



O V Encontro Empresarial de Negócios na Língua Portuguesa (V EENLP) contou com um estande do GBrasil e a participação de associados em duas rodadas de negócio. O evento, ocorrido nos dias 28 e 29 de setembro, no Centro de Convenções de Fortaleza, teve como objetivo promover a sinergia de negócios entre empresas de países de língua portuguesa. Participaram cerca de 800 pessoas representando 117 empresas e entidades empresariais, com acesso a palestras e 250 rodadas de negócios.

Entre os representantes de governo dos oito países que falam o português, esteve o ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, presente nos dois dias do evento. Alguns estudos econômicos nas áreas de turismo, infraestrutura, recursos naturais, inovações tecnológicas e agronegócios foram exibidos aos participantes.

Em uma reunião histórica do Conselho Empresarial da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), representantes dos oito países membros decidiram criar uma Confederação das Câmaras de Comércio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O Teatro José de Alencar foi palco do espetáculo de encerramento, no qual estiveram presentes 20 associados GBrasil. Músicos conceituados dos países membros da CPLP fizeram parte do show, que teve

direção musical de Paulo Rafael e do maestro e pianista português Paulo Borges, mostrando ritmos e sons com raízes e origens comuns. Dividiram o palco o brasileiro Cacau, o guitarrista Tito Paris, de Cabo Verde; o cantor Tonecas, de São Tomé e Príncipe; José Amaral, do Timor Leste; o compositor e guitarrista Manecas Costa, de Guiné Bissau; o cantor Paulo Flores, de Angola; a orquestra Timbila Muzimba, de Moçambique; a fadista Raquel Tavares e o maestro Paulo Borges, de Portugal. O repertório trouxe músicas consagradas de cada país e composições inéditas, criadas especialmente para celebrar o encontro.

A avaliação de Rômulo Alexandre Soares, presidente do Conselho das Câmaras Portuguesas de Comércio no Brasil, organizadora do evento, foi que de que os objetivos do encontro foram plenamente atingidos. "Conseguimos mostrar o potencial da língua portuguesa em fazer negócios", declarou.

Segundo Pedro Coelho Neto, da Marpe Contadores, o estande do GBrasil foi visitado por vários investidores dos países lusófonos e as rodadas de negócio proporcionaram "a aproximação efetiva para consolidação de negócios".

O próximo Encontro Empresarial de Negócios na Língua Portuguesa – EENLP acontecerá em 2011, na cidade de Porto Alegre (RS).

Exposição de Fayga Ostrower na Estação Pinacoteca de São Paulo tem o patrocínio da DPC | GBrasil

A Domingues e Pinho Contadores de São Paulo, associada GBrasil, patrocinou a exposição da artista plástica Fayga Ostrower, ocorrida em outubro na Estação Pinacoteca, na capital paulista. A exposição, com 70 obras, mostrou o legado importante da artista falecida em 2001, no Rio de Janeiro, para as artes brasileiras na técnica da gravura e no estilo abstração.

Fayga nasceu em 1920, na Polônia, e viveu a maior parte da vida no Rio de Janeiro. Foi gravadora, pintora, desenhista, ilustradora, teórica da arte e professora. A escolha pelo trabalho abstrato teve influência do artista francês Paul Cézanne. Sua obra foi bastante premiada, tendo trabalhos reconhecidos em bienais de São Paulo, Florença, Buenos Aires, México e Venezuela. Foi professora do Museu de Arte Moderna do Rio de Ja-



neiro e em universidades do Brasil, Estados Unidos e Inglaterra. Ensinou ainda operários em centros comunitários com o objetivo de divulgar a arte.

GBrasil conquista cargo diretivo no IGAL



Foto: Renato Velasco

João Henrique Brum (na foto acima), diretor superintendente da Domingues e Pinho Contadores | GBrasil no Rio de Janeiro, passou a compor a diretoria de Marketing do Intercontinental Grouping of Accountants and Lawyers - IGAL. Ele assumiu o cargo no último encontro do grupo, realizado em San Francisco, na Califórnia (EUA) e permanecerá por três anos na missão de incrementar ações que favoreçam a difusão do IGAL nos continentes onde está representado. O IGAL reúne mais de cem empresas de contabilidade, auditoria e escritórios de advocacia ao redor do mundo. A aliança empresarial existe desde 2004 e resulta da união de duas redes mundiais de profissionais: a International Grouping of Lawyers (IGL) e a Intercontinental Consultants (ICC), ambas com mais de duas décadas de atuação. O objetivo do IGAL, do mesmo modo que o GBrasil no País, é gerar oportunidades de negócios para seus membros e clientes, assegurando que seus associados prestem serviços da mais alta qualidade, servindo de fórum global para o intercâmbio profissional e colaborando para reduzir os obstáculos na efetivação de negócios internacionais. No Brasil, além da Domingues e Pinho Contadores, é associada IGAL a Stüssi-Neves Advogados, com sede também no Rio de Janeiro. Brum estará trabalhando na diretoria de Marketing do IGAL ao lado do advogado canadense Jean-Pierre Desmarais e sob a presidência do advogado sueco Carl-Gustave Lönnborg.

Fundação Franklin Roosevelt presta homenagem à DPC | GBrasil



Pinho (à direita) e o presidente da FFR, Pedro Coelho Neto: resgatando famílias que estão hoje abaixo da linha de pobreza

O empresário Manuel Domingues e Pinho, da DPC | GBrasil, recebeu em setembro uma homenagem da Fundação Franklin Roosevelt, entidade que atende a 140 crianças carentes do Bairro da Serrinha, em Fortaleza, com educação diferenciada da alfabetização até a 5ª série e, ainda, assistências médica, odontológica e psicológica. Pedro Coelho Neto, presidente da fundação criada há 20 anos, salienta que o envolvimento de empresas como a DPC no trabalho social desenvolvido ali tem sido fundamental para o resgate e cuidado de crianças cujas famílias estão abaixo da linha de pobreza. Na sede da entidade, Pinho recebeu o título de sócio benemérito, ocasião em que vários empresários GBrasil puderam assistir a uma apresentação do Coral "Vozes da Serrinha", composto por crianças da FFR.

Matur inicia projeto de reestruturação administrativa



Foto: Weimer Carvalho

A Matur Organização Contábil, associada GBrasil em Belo Horizonte-MG, entra em seu 46º ano de fundação com uma carteira de 1.000 clientes e um projeto de reestruturação administrativa profundo, visando preparar a empresa para a liderança do negócio na segunda geração da família Mateus. A Matur foi fundada pelo contabilista José Mateus Filho, que hoje, aos 73 anos de idade, acompanha diariamente as atividades da organização, dedicando-se ao trabalho de consultoria empresarial. Junto a ele, dividem a responsabilidade de gerir os negócios, os filhos Marco Aurélio, 48 anos, contabilista, advogado e consultor nas áreas comercial e societária; Simone, 45 anos, administradora de empresas; e Mário (foto acima), 43 anos, contabilista, advogado, pós-graduado em Ciências Contábeis pela FGV, conselheiro do CFC e hoje a interface entre a Matur e o GBrasil.

Altamente departamentalizada, a empresa contábil se divide em 12 células de trabalho com 240 colaboradores treinados de modo contínuo e sistemático. Todos os meses eles são submetidos a pelo menos 4 horas de cursos de aprimoramento, seja em sua atividade específica, com atualização de legislações, ou no campo das relações interpessoais. O projeto de reestruturação conta com uma consultoria especializada em gestão e treinamento especial para as gerências e média gerência com foco nas relações entre áreas.



Do vencedor, a melhor assessoria contábil

No mundo dos negócios, o diferencial competitivo não se concentra apenas no potencial do faturamento, mas também na assessoria contábil de que o empreendedor dispõe.

Em Mato Grosso, conte com a **CONTABILIDADE SCALCO** para uma gestão eficiente de seu negócio.



CONTABILIDADE SCALCO SS LTDA
CRC/MT 00324-009
Rua Comandante Costa, 1519 - Térreo
78020-400 - Cuiabá - MT
Tel. (65) 3363-1600
www.scalcomt.com.br

 **GBrasil**
Organização associada ao Grupo
Brasil de Empresas de Contabilidade



Outsourcing em seu melhor nível

Gestão contábil
Gestão trabalhista e previdenciária
Gestão de tributos
Abertura e encerramento de empresas
Auditoria contábil e fiscal
Assessoria contábil, fiscal e trabalhista
Avaliação de empresas
Perícias contábeis, judiciais e extrajudiciais
Mediação e arbitragem
Cisão, fusão e incorporação de empresas
Planejamento tributário

www.gbrasilcontabilidade.com.br

 **GBrasil**
Grupo Brasil de Empresas de Contabilidade